

PRODUTO 6

PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Plano Integrado de Regularização Fundiária - PIRF

ZEIS 1 SERVILUZ

PRODUTO 6.2
PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
Plano Integrado de Regularização Fundiária - PIRF

Termo de Colaboração no 01/2018
IPLANFOR/PMF – Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza
Centro de Ciências Tecnológicas
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Fortaleza - outubro de 2019



Ilustração: Ana Clara Brito Pinto

EQUIPE TÉCNICA - Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Coordenação Geral

Carla Camila Girão Albuquerque - Arquiteta e Urbanista

Coordenação Executiva

André Araújo Almeida - Arquiteto e Urbanista

Cinira Arruda d'Alva - Arquiteta e Urbanista

Joísa Maria Barroso Loureiro - Arquiteta e Urbanista

Coordenação Técnica

Giovanna Luiza Pinheiro Brito - Arquiteta e Urbanista

Jéssica Chaves Ribeiro - Arquiteta e Urbanista

Letícia Cândido de Oliveira - Arquiteta e Urbanista

Maria Eduarda Sousa Cavalcante - Arquiteta e Urbanista

Pedro Vitor Monte Rabelo - Arquiteto e Urbanista

Thaís Oliveira Ponte - Arquiteta e Urbanista

Equipe de Estagiários

Alan Pinheiro Oliveira - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Ana Clara Brito Pinto - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Bárbara Oliveira do Vale - Curso de Direito UNIFOR

Francisca Rafaela da Costa - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Isabelle de Lima Almeida - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Ivone Beatriz Romeiro Brandão - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Maria Luiza Rodrigues Gurgel da Silva - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Mariana Saraiva de Melo Pinheiro - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Matheus Pinheiro Andrade Moreira - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Rafael Coelho Parente - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Robéria Rúbia Belizário Tôrres - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Sara de Sousa Nobre - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Synara Barros de Holanda Leite Vieira - Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFOR

Thielli Vieira Nascimento - Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária UNIFOR



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)

Superintendente

Eudoro Walter de Santana

Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART)

Juliana Mara de Freitas Sena Mota - Diretora

Gerência de Integração de Políticas Públicas:

Joana e Silva Bezerra Kesselring - Gerente

Gerência de Políticas para Zonas Especiais:

Natália Nunes Saraiva - Gerente

Analistas de Planejamento e Gestão:

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho

Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias do Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR

Armando Elísio Gonçalves Silveira

Maria Vieira dos Santos Cidrack

Rodolfo Sydrião Sanford

Rômulo Andrade da Silva

Sérgio Rômulo da Silva Pires

Esse material foi elaborado a partir do Termo de Colaboração nº 01/2018, celebrado entre o Instituto de Planejamento (Iplanfor) e Fundação Edson Queiroz.



Conselho Gestor da ZEIS Serviluz

Segmento Sociedade Civil

Janderglind Ferreira Romão - Presidente

Silvia Michele Silveira - Vice-presidente

Lucivanda De Aquino Nogueira - Titular

Josiane Damasceno Da Silva - Titular

Bruno Ribeiro Pinto - Titular

Regiane Santos De Melo - Titular

Solange Crispim Oliveira - Suplente

Frente De Luta Por Moradia Digna - Org.Civil Titular

Projeto Vida Titanzinho - Org.Civil Suplente

Segmento Poder Público

Gabinete do Prefeito

Instituto de Planejamento de Fortaleza

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

Coordenadoria Especial de Participação Social

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Secretaria Executiva Regional II

Câmara Municipal de Fortaleza

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Articulação entre os produtos do PIRF.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Distância entre ZEIS Serviluz e bairros com maiores estoques de estabelecimentos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Previsão da quantidade de beneficiários do Programa de Empreendedorismo e Economia Solidária.

Quadro 02: Previsão do orçamento municipal destinado ao Programa de Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda.

Quadro 03: Plano de Ações para Plano de Geração de Trabalho e Renda.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 01: Estudos de Caso

Apêndice 02: Lista dos Entrevistados

Apêndice 03: Quadro dos Termos de Referência Recomendados

Apêndice 04: Fichamento da Metodologia Diagnóstico Preliminar de Oportunidades de Investimento (DPOI)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
2. INTRODUÇÃO	10
3. METODOLOGIA	15
4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	17
4.1. COMPLEMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	20
5. MARCOS LEGAIS	28
6. PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES	32
6.1. DIRETRIZES E AÇÕES DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	35
6.2. PLANO DE AÇÕES PARA PLANO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	39
7. REFERÊNCIAS	45
8. APÊNDICE	47
APÊNDICE 01: ESTUDOS DE CASO	47
APÊNDICE 02 : LISTA DOS ENTREVISTADOS	55
APÊNDICE 03: QUADRO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA RECOMENDADOS	56
APÊNDICE 04: FICHAMENTO DA METODOLOGIA DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO (DPOI)	57

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento – denominado Produto 6.2. Plano de Geração de Trabalho e Renda (Final) – é parte integrante da Etapa 6 - Elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda do **Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Serviluz**. O PIRF da ZEIS Serviluz foi elaborado a partir de Termo de Colaboração firmado entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, através do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

O PIRF apresenta-se, no contexto de Fortaleza, como um dos mais importantes instrumentos de planejamento urbano de promoção do direito à cidade com foco na população mais vulnerável. Tem por objetivo maior apontar caminhos não só para se promover o atendimento significativo das necessidades relativas à regularização fundiária, mas, principalmente, por contribuir na promoção do acesso pleno à moradia e à dignidade humana dos moradores da ZEIS através da garantia de direitos.

Como grande parte do problema encontra-se nas disparidades na apropriação do solo urbano e na segurança jurídica da posse ou da propriedade habitacional a todos os cidadãos, o PIRF pretende servir também como instrumento de planejamento e deliberação de novas políticas públicas de inclusão sócio-territorial, para os investimentos e para as ações e intervenções programadas no contexto da ZEIS.

O PIRF da ZEIS Serviluz foi estruturado em oito (8) etapas, a saber:

- 1- Elaboração e aprovação do plano de trabalho e cronograma;
- 2- Diagnóstico socioeconômico, físico-ambiental, urbanístico e fundiário;
- 3- Elaboração do Plano de Regularização Fundiária;
- 4- Normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo;
- 5- Elaboração do Plano Urbanístico;
- 6- Elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda;
- 7- Elaboração do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social;
- 8- Compatibilização dos Produtos e Finalização.

A Figura 01, apresentada a seguir, representa o caráter integralizado dos Planos específicos que, juntos, compõem o Plano Integrado de Regularização Fundiária.

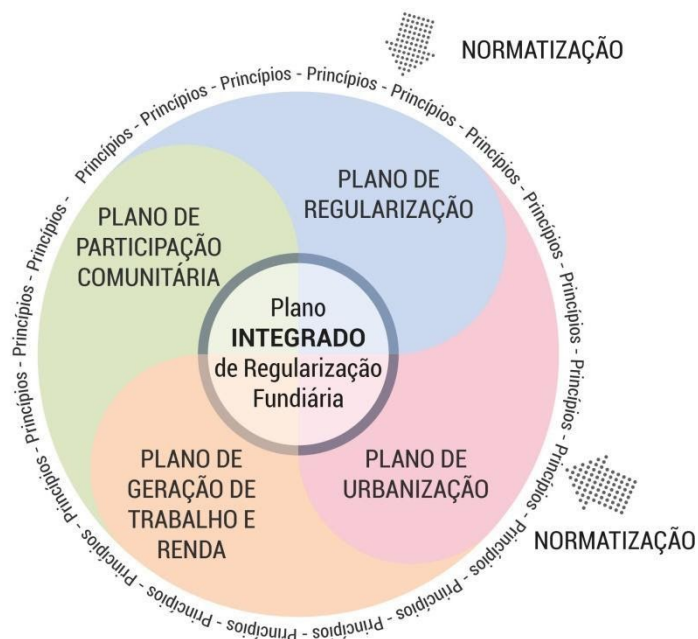


Figura 01: Articulação entre os produtos do PIRF.
Fonte: Equipe Técnica UNIFOR, 2019.

Com base nos objetivos do PIRF apresentados anteriormente, tem-se a presente proposta do Produto 6.2. Plano de Geração de Trabalho e Renda (Final), cuja diretiva principal é a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a propiciar o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população; e fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

A **Etapa 6** teve como produto dois cadernos. O primeiro caderno, de caráter preliminar, deu suporte à discussão para pactuação de seu conteúdo junto ao Conselho Gestor da ZEIS. O segundo caderno, corresponde ao presente documento, de caráter final, foi o resultado da sistematização da discussão e das considerações recebidas na entrega preliminar.

2. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro se acelerou a partir da segunda metade do século XX, provocando um crescimento populacional expressivo. Entre 1960 e 2010, o Brasil urbano cresceu, passando de 32 milhões para 160 milhões de pessoas vivendo em cidades (IPEA, 2016). No último meio século, as mudanças ocorridas a partir do crescimento socioespacial das metrópoles brasileiras reforçou a relação entre pobreza urbana e segregação espacial no território. Isso resultou em um cenário de precariedade econômica e social, tornado explícito nas habitações de baixa qualidade em cortiços, loteamentos irregulares e favelas que parece tender a se acentuar.

Na contramão deste contexto, no entanto, desde a Constituição Federal de 1988 possuímos um conjunto de leis que, se devidamente aplicadas teria meios e instrumentos eficazes de reverter o cenário atual:

Consta na Constituição Federal de 1988 o direito à moradia, incorporado de forma explícita por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, que deu ao artigo 6º da Constituição Federal a seguinte redação: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo nosso). Consta também na Constituição o capítulo que versa sobre a política urbana (arts. 182 e 183), cujos princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.

Consta no Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257/2001) as normativas para as políticas urbana e habitacional, delineando instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, instrumentos de regularização fundiária e instrumentos de democratização da gestão urbana, a serem implementados nos municípios brasileiros.

Por fim, consta nos Planos Diretores a ordenação do desenvolvimento urbano local seguindo os preceitos trazidos na Constituição, a partir da definição de zoneamentos, de parâmetros construtivos e de instrumentos aplicáveis no território, dentro da instrução das contribuições do Estatuto da Cidade.

No município de Fortaleza, um desses instrumentos a serem aplicados na cidade, de caráter regulatório, trazido pelo Estatuto da Cidade e incorporado no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) em 2009, é a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Atualmente, está estabelecido um total de 135 ZEIS, sendo 45 do tipo 1, 56 do tipo 2 e 34 do tipo 3¹.

¹ “Art. 126 – As Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1) são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à

Segundo a redação trazida no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), tal zoneamento relativo às ZEIS do tipo 1 tem por objetivos:

"I - efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; II - promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda; III - eliminar os riscos decorrentes de ocupações em áreas inadequadas; IV - ampliar a oferta de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, garantindo a qualidade ambiental aos seus habitantes; V - promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes." (FORTALEZA, 2009, p. 16).

Ainda segundo o PDPFor, as ZEIS dos tipos 1 e 2 devem ser regulamentadas em lei específica e passar por um processo de elaboração de um Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), compreendido como:

"um conjunto de ações integradas que visam ao desenvolvimento global da área, [...] abrangendo aspectos urbanísticos, socioeconômicos, de infraestrutura, jurídicos, ambientais e de mobilidade e acessibilidade urbana." (FORTALEZA, 2009, p.26).

Nesse sentido, sendo este documento, como dito anteriormente, parte integrante do Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS Serviluz, faz-se necessário para a presente etapa de elaboração a compreensão de alguns conceitos-chave para o planejamento da geração de trabalho e renda dos territórios de interesse.

Um Plano de Geração de Trabalho e Renda dirigido às Zonas Especiais de Interesse Social parte naturalmente do entendimento da situação de exclusão social e econômica em que se encontram estes territórios. As ZEIS são porções segregadas do tecido da cidade, ao qual não pertencem nem formalmente, nem legalmente. Uma caracterização sócio econômica a partir de dados quantitativos de sua população também revela o não pertencimento de seus habitantes ao padrão educacional e econômico tido como norma de capacitação para o trabalho e qualidade de vida.

No entanto, nestes territórios caracterizados facilmente por suas carências, vive uma população que constrói cotidianamente uma relação com o lugar, com seus habitantes e a própria cultura que se distingue positivamente da relação

regularização fundiária, urbanística e ambiental. Art. 129 - As Zonas Especiais de Interesse Social 2 (ZEIS 2) são compostas por loteamentos clandestinos ou irregulares e conjuntos habitacionais, públicos ou privados, que estejam parcialmente urbanizados, ocupados por população de baixa renda, destinados à regularização fundiária e urbanística. Art. 133 - ZEIS 3 - são compostas de áreas dotadas de infraestrutura, com concentração de terrenos não edificadas ou imóveis subutilizados ou não utilizados, devendo ser destinadas à implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social, bem como aos demais usos válidos para a Zona onde estiverem localizadas, a partir de elaboração de plano específico" (FORTALEZA, 2009, p. 16).

habitual que os cidadãos da cidade oficial mantêm com seu território. Deste conjunto de relações emerge uma paisagem apropriada, caracterizada pela preservação das relações de vizinhança e laços afetivos com o lugar e pela capacidade da realização de ações coletivas dotadas de sentido.

Abordar essas zonas apenas a partir do que lhes falta é incorrer na lógica tão bem explicada por Boaventura de Sousa Santos (2007), que diz de um pensamento construtor de uma divisão radical da realidade social em dois universos, "o 'deste lado da linha' e o 'do outro lado da linha'".

Do outro lado da linha não há cidade. Não há segurança, hospitais, escolas, saneamento e urbanidade. Não há, portanto, valor. Tal distinção deixa de fora todo um território social rico de cultura e sentido que, na contramão do progresso e à revelia da norma, insiste em existir. "Uma vasta gama de experiências desperdiçadas", diria Santos.

Este Plano de Trabalho e Renda se propõe, portanto, a olhar para os territórios das ZEIS a partir de uma lógica de inclusão da especificidade e potencialidade de cada lugar. Identificar as riquezas mais do que as carências e procurar garantir a existência dos "dois lados da linha", para benefício de ambos.

É preciso, no entanto, considerar que, para além do reconhecimento da sua relevância, uma existência humana demanda a liberdade. A liberdade de agir é o que caracteriza o ser político, capaz de contribuir com sua diferença para a vida em comunidade. Ser livre significa ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro, desta forma, a vitória sobre as necessidades constitui uma condição natural para a liberdade.

Em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen (2010) procura demonstrar como o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades de que as pessoas desfrutam. Contrastando com as visões mais restritas de desenvolvimento, "como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social" (SEN, 2010, p. 16), o enfoque nas liberdades humanas afirma que a liberdade demanda a eliminação de alguns fatores que se apresentam como fontes de privação. Entre estes fatores elenca a carência de oportunidades econômicas e a negligência dos serviços públicos de infraestrutura, educação, assistência social e saúde.

Entendendo que os territórios das ZEIS apresentam, como mostra o documento diagnóstico, um conjunto claro de restrições à liberdade dos agentes, este Plano se propõe a garantir que uma **base de ampliação das capacidades de ação** seja estabelecida como fundamento às ações mais específicas voltadas ao Trabalho e à Renda. Neste sentido, investigar, expandir e fortalecer as **potencialidades locais de subsistência** no âmbito socioeconômico, já existentes no território, torna-se o ponto de partida para a construção de um Plano com as premissas anteriormente postas.

Para que isso ocorra, à revelia da condição existente de privação das liberdades por meio da negligência dos serviços públicos e da carência de oportunidades econômicas, como exposto anteriormente, traça-se um caminho na perspectiva do **fortalecimento comunitário** para superação dessas questões, em detrimento do desenvolvimento pessoal segmentado de cada indivíduo. Assim, a ideia de uma Economia Popular Solidária se alinha com o viés fundamental do Plano.

Por **Economia Popular Solidária (EPS)**, entende-se a prática econômica vinculada à inclusão social, à valorização local e ao desenvolvimento associativo, voltada sobretudo para as populações de baixa renda e com vulnerabilidade social. Para além do entendimento enquanto política econômica, vinculada à lógica produtiva do trabalho na qualidade de acumulação de riquezas pessoais, considera-se mais condizente com a definição do termo EPS a noção de uma economia plural que está em função do ser humano, baseada na superação às desigualdades sociais e à exploração do trabalho e dos recursos naturais (CEEPS, 2015).

Na lógica da sócio economia solidária as conquistas estão relacionadas ao fortalecimento de valores, da capacidade de organização associativa e mesmo da melhoria da autoestima dos participantes. Como discorre Souza (2012):

"a economia solidária não pode se restringir a uma visão de alternativa de emprego ou de trabalho e renda ou, mais recentemente, a um mero apêndice da política de inclusão produtiva e de transferência de renda. Muitas vezes, elementos culturais, a trajetória do trabalho e a subjetividade, como o fortalecimento da autoestima, fazem parte do contexto daquilo que se denomina EES." (SOUZA, 2012, p. 64).

Marcos Arruda (ARRUDA, 2000, apud BERTUCCI; SILVA. 2003, p. 68), usa o termo "Socioeconomia Solidária" e o define como "um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico". Além das transformações institucionais na esfera socioeconômica, implica em mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais".

Como meio de garantir a instauração deste processo no território da ZEIS, propomos, inspirados nas experiências bem sucedidas dos Projetos Alternativos Comunitários (PAC) da *Cáritas* e das Agências de Desenvolvimento Local (ADL) no âmbito do PRODERE - ver Estudos de Caso no Apêndice 01 - a criação de uma Agência de Desenvolvimento. O objetivo maior de um Fórum Permanente como agência de desenvolvimento para fortalecimento do Conselho Gestor da ZEIS (a ser detalhado no Produto 7.2. Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social - Final) é articular as iniciativas econômicas locais com o fortalecimento do associativismo e a participação social.

Portanto, todas as etapas subsequentes deste produto se desenvolveram em torno desta premissa, que está presente também no conteúdo fundamental do Plano.

3. METODOLOGIA

A Etapa 6 - Plano de Geração de Trabalho e Renda – ancorada pela premissa trazida pelo Produto 1.2. Plano de Trabalho, qual orienta a elaboração do presente Produto – consiste no conjunto de estratégias, processos e ações com vistas a promover a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a propiciar o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população da ZEIS Serviluz.

Tendo em vista a conectividade do conteúdo deste caderno com os demais produtos e etapas do PIRF, admitiu-se o desenvolvimento do presente Produto de forma simultânea aos demais. Dessa forma, após a pactuação do produto final da Etapa 2 - Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário – o qual resultou na identificação, caracterização, sistematização e análise crítica das informações levantadas para o território da ZEIS Serviluz –, deu-se início à elaboração dos planos que integram o PIRF de forma conjunta.

O processo de construção da etapa a qual este produto se refere foi organizado em três linhas de ações. A primeira se trata de **1) Complementação do Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário da ZEIS;** seguida por **2) Análise dos problemas e potencialidades identificados no Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário da ZEIS;** **3) Realização de estudos de caso em torno da temática de Economia Popular Solidária** e, por fim, **4) Construção dos Princípios, Objetivos e Diretrizes do Plano.**

A seguir explica-se os caminhos metodológicos adotados de acordo com as supracitadas linhas de ações.

Acerca do ponto **1) Complementação do Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário da ZEIS**, frente às lacunas identificadas na coleta, sistematização e análise das informações que integraram o Produto 2.2. (Diagnóstico), percebeu-se a necessidade de dar prosseguimento a essas investigações na etapa vigente (Etapa 6 - Elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda).

Para a complementação no território da ZEIS Serviluz, haja vista o conhecimento das diversas formas de agrupamentos sociais que atuam no local, pensou-se na coleta de informações de duas formas: a primeira, foi a realização de uma Atividade de Participação (AP); a segunda, foi o prosseguimento à pesquisa referente aos “ativos” no território.

Sobre a Atividade de Participação (AP), intencionou-se além da coleta de informações faltantes relativas ao trabalho e renda locais, a geração de debate entre os presentes que estimulasse reflexão acerca dos agrupamentos sociais existentes, de suas atuações no território e das relações entre eles. A ferramenta

metodológica escolhida e adaptada para se alcançar tal objetivo foi o Diagrama de Venn² (KUMMER, 2007). Para a realização da AP, direcionou-se o convite a grupos, associações, organizações, instituições, internas ou externas, que tivessem algum tipo de influência/atividade sendo realizada na ZEIS Serviluz, de conhecimento da Equipe Técnica do PIRF.

Sobre a segunda forma de complementação das informações do diagnóstico, continuou-se o processo de pesquisa, de forma direta (entrevistas/reuniões em campo) e indireta (pesquisa bibliográfica).

Acerca das entrevistas em campo, foi realizada entrevista a servidores públicos lotados na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) e com a Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Serviluz.

Sobre o ponto **2) Análise dos problemas e potencialidades identificados no Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário da ZEIS**, diz respeito à sistematização de todas as informações apreendidas até a presente etapa de trabalho e análise das mesmas, ordenando-as em problemas e potencialidades, de modo a orientar as escolhas feitas no processo de elaboração deste e dos demais Planos do PIRF. Nesse sentido, o Produto 2.2. Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário torna-se um dos principais materiais de consulta para a tomada de decisões relativas ao estabelecimento dos princípios, objetivos e diretrizes, bem como às demais definições referentes às ações.

Acerca do ponto **3) Realização de estudos de caso em torno da temática de Economia Popular Solidária**, sentiu-se a necessidade de aprofundar neste documento a reflexão sobre um dos pontos de suporte para as ideias estruturantes do presente Plano. Para isso, traz-se no Apêndice 01 estudos de caso que envolvem práticas de desenvolvimento social aplicadas em diferentes contextos.

Por fim, acerca do ponto **4) Construção dos Princípios, Objetivos e Diretrizes do Plano**, tem-se como procedimento a sistematização das contribuições do Conselho Gestor ao Plano de Geração de Trabalho e Renda a fim de pactuar o Plano em sua versão final.

Além dos capítulos de Apresentação, Introdução e Metodologia, o presente documento também é composto pelos seguintes capítulos: 4 - Síntese do Diagnóstico; 6 - Marcos Legais; 7 - Princípios, Objetivos, Diretrizes e Ações; 8 - Referências Bibliográficas; e, por fim, 9 - Apêndices.

² O detalhamento da metodologia e seus resultados obtidos na aplicação estão descritos no Apêndice 03, ao final deste caderno.

4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Como exposto na Metodologia deste documento, o *Produto 2.2. Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário* da ZEIS Serviluz tornou-se um dos principais materiais de consulta no processo de elaboração do presente Plano de Geração de Trabalho e Renda.

Assim, apresenta-se a seguir as principais questões trazidas no referido Diagnóstico, de forma sucinta, para introduzir as questões (problemas e potencialidades) relativas à ZEIS Serviluz.

É válido ressaltar que os dados trabalhados no Produto 2.2. restringiram-se às questões relativas ao trabalho formal, visto o acesso dificultado a informações e à impossibilidade de levantamento de dados primários. O mapeamento das capacidades e potencialidades econômicas comunitárias locais aparecem, de forma mais superficial, com a finalidade de identificação para o planejamento voltado para Economia Popular Local.

No tocante à problemática do desemprego formal e da disfunção da educação frente à preparação para a vida profissional ativa, sobretudo de adolescentes e jovens, prestes a iniciarem suas vidas profissionais, ainda que a ZEIS Serviluz esteja localizada na Regional II, detentora dos melhores índices de estoque de empresas de todas as regionais, essa ZEIS apresenta índices sociais e econômicos baixos, quando comparados com seu entorno.

A ZEIS está a poucos quilômetros de distância de bairros com grandes estoques de empreendimentos, sendo viável, por esse ponto de vista, a disponibilidade de mão de obra dessa população economicamente ativa moradora da ZEIS.

Utilizou-se para fins de pesquisa documental o material "Concentração Setorial de Empresas, por Bairro, em Fortaleza", produzido em 2014 pela SDE, que foi elaborado com a finalidade de mapear a distribuição e concentração das atividades econômicas na escala de bairro, em Fortaleza. No que diz respeito ao bairro Cais do Porto, nos quais a ZEIS Serviluz está inserida, esse estudo não apresenta dados, estando esse bairro representado como "bairro sem registro".

Para os bairros com registro imediatamente vizinhos ao bairro Cais do Porto, sendo esses Mucuripe e Vicente Pinzon, quando se analisa a predominância das atividades econômicas registradas oficialmente, no ano de 2014, tem-se que os setores mais contemplados são os de: Condomínios prediais; Comércio varejista (mercadorias em geral); Estabelecimentos de serviços de alimentação; Comércio varejista (materiais de construção); Comércio varejista (açougues e peixarias); Hotéis e similares.

Ainda, tem-se que a ZEIS Serviluz está a 7,8Km de distância³ do bairro Centro, a 5,1 km de distância do bairro Meireles e a 6,0Km de distância do bairro Aldeota. Esses bairros estão nas primeiras posições no *ranking* por número de estoque de estabelecimentos.



Mapa 01: Distância entre ZEIS Serviluz e bairros com maiores estoques de estabelecimentos
Fonte: SDE, 2014. **Elaboração:** Equipe Técnica UNIFOR.

Entretanto, os dados também indicam que essa população ainda possui renda média mensal baixa se comparada à renda média mensal de seu entorno. Quando a variável "renda" é analisada, havia em 2010 uma significativa parcela de indivíduos moradores da ZEIS Serviluz vivendo com renda entre R\$70 e 3 salários

³ Média entre a distância linear dos centróides desses territórios e a distância percorrida por rotas, extraída do software *Google Earth*.

mínimos (a soma abrange um total de 90,87%). Supõe-se que isso acontece pois a população dessa ZEIS ainda deve ocupar atividades informais (instáveis do ponto de vista profissional), ou subempregos que pagam menores salários.

Tal cenário de incoerência entre o estoque de empregos e a vulnerabilidade social apenas reforça a hipótese de que há deficiências na educação (principalmente em ensino médio, que atende população com idade próxima à idade ativa), sobretudo no que diz respeito à preparação do grupo etário de jovens para a inserção na vida profissional, mesmo com os avanços na educação básica nos últimos anos.

Para além do "mapeamento" de atividades econômicas formais desenvolvidas no território, faz-se importante o levantamento das **práticas econômicas** do lugar. Entende-se aqui a "prática econômica" enquanto conjunto de relações que envolvem a produção, a troca e o consumo de bens e serviços dentro da lógica de relação interpessoal local. Sobre isso, moradores pontuaram na Oficina de Apresentação do Diagnóstico (Preliminar) que há no Serviluz outras formas de relacionamento que pautam essas relações de práticas econômicas. Citam como exemplo os escambos (troca de bens ou serviços sem utilização do dinheiro), as doações e/ou trocas por afetividade ou proximidade entre os envolvidos, a venda "fiada".

De acordo com relatos colhidos durante a Atividade de Participação (AP) realizada no território com o método de "Linha do Tempo Comunitário", as atividades profissionais dos moradores do Serviluz eram bastante correlacionadas com os elementos no entorno imediato da comunidade: o porto, o farol, o mar, a área de tancagem. Desse modo, havia pescadores, estivadores, produtores dos materiais necessários para a atividade de pesca, artesãos, comerciantes (em sua maioria no comércio de peixes e similares).

O surf também é citado enquanto "nova forma de trabalho", tendo o mar (e o fato de morar próximo a este) como instrumento potencializador dessas novas relações. O audiovisual e a divulgação cultural local também se mostram potenciais locais, sobretudo com o fortalecimento e atuação de grupos que trabalham a questão das produções cinematográficas no território.

Não há grandes incentivos de políticas públicas que busquem fomentar a economia comunitária local.

Devido a defasagem e/ou não especificidade das informações para o território trabalhado, reitera-se aqui a dificuldade de acesso a dados que reflitam exatamente a realidade que se buscou apreender. Por isso, ainda que seja sabido que há fortes problemas socioeconômicos, que acabam se refletindo na conformação física da ZEIS e sua relação com a cidade a seu redor, a imprecisão desses dados impedem uma análise mais profunda para essas questões.

4.1. COMPLEMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Para a sistematização neste documento, dividiu-se a complementação do diagnóstico em três partes. A primeira trata dos potenciais produtivos locais, a segunda das iniciativas de estímulo socioeconômico do poder público e a última aborda iniciativas de estímulo socioeconômico da sociedade civil.

4.1.1. POTENCIAL PRODUTIVO LOCAL

Neste ponto da complementação do diagnóstico buscou-se identificar potenciais produtivos locais. Esses potenciais foram identificados através das atividades de participação realizadas durante a Etapa 2 do PIRF - Diagnóstico Socioeconômico, Físico-ambiental, Urbanístico e Fundiário; da Oficina de Apresentação do produto preliminar resultante da etapa mencionada; de conversas com moradores da região; de entrevistas semi-estruturadas com pessoas que têm algum tipo de trabalho social na área e da Atividade de Participação realizada durante as Etapa 6 (Plano de Geração de Trabalho e Renda) e 7 (Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) do PIRF.

Tal levantamento tem caráter introdutório e foi realizado apenas com o intuito de dar base para a elaboração das diretrizes e ações do presente Plano. Nessa perspectiva e considerando a complexidade e importância do assunto tratado neste ponto, indica-se a execução da ferramenta metodológica intitulada Diagnóstico Preliminar de Oportunidades de Investimento (DPOI) desenvolvida por uma Unidade Técnica Regional de Apoio às ADEL (Agências de Desenvolvimento Econômico Local), correspondente à Ação 2.2 elencada no Capítulo 06. O Apêndice 05 traz a estrutura da metodologia mencionada para consulta por parte dos responsáveis pela execução da ação.

Abaixo listam-se atividades, ações, ofícios ou práticas consideradas potencialidades locais no âmbito da geração do trabalho e da renda, ou de viés profissionalizante.

- Pesca

É notória a tradição da pesca no território da ZEIS Serviluz que resiste até os dias atuais. Foi possível comprovar tal fato através de pesquisas bibliográficas, de vistas de campo e de conversas com moradores. Durante a Atividade de Participação realizada na ZEIS foi informado ainda que alguns pescadores organizam seus horários para a realização da atividade e que dividem a produção entre si dependendo da técnica de pesca. Além disso, foi informada a existência de colônia de pescadores.

- Turismo comunitário

Os presentes na Atividade de Participação realizada no território informaram que existem iniciativas de Turismo Comunitário na região, mas que acontecem de forma pontual e não articulada. Eles indicaram que o desenvolvimento desse segmento seria positivo para a região, contanto que o planejamento e execução fossem realizados por moradores da área através de autogestão.

- Artesanato

O artesanato foi outro ofício apontado durante a Atividade de Participação como potencialidade local, pois de acordo com os presentes na ocasião, existem mulheres da comunidade que trabalham na produção de artefatos de artesanato.

- Catadores de lixo

Como já mencionado no Produto 2.2. do PIRF, no território da ZEIS Serviluz existe cooperativa de catadores de lixo. A característica foi também mencionada durante a Atividade de Participação como um potencial local de geração de trabalho e renda.

- Estabelecimentos A&B

Foi relatado durante a Atividade de Participação que há uma considerável concentração de estabelecimentos do tipo A&B (alimentos e bebidas), notadamente bares e lanchonetes de açaí, principalmente na av. Zezé Diogo.

- Bazar de itens usados

Na Atividade de Participação realizada no território, foi informado que há um costume na região de realizar bazares com fins específicos, ou seja, quando as organizações sociais da comunidade (associações, igrejas etc) têm uma demanda financeira para a realização de alguma ação, elas se organizam para coletar objetos, principalmente roupas usadas, para a venda nas praças e ruas da comunidade. A praça São Francisco foi indicada como um dos locais onde esses eventos acontecem com certa frequência.

- Barraquinhas de comida

Durante a Atividade de Participação, foi mencionado que há um número considerável de famílias que preparam comidas e, no período da noite, as colocam em frente às suas casas para venda quase que diariamente. Os chamados "pratinhos" são opções acessíveis de jantar e geralmente são preparados por mulheres da comunidade.

- Produção cultural

A região da ZEIS Serviluz tem forte produção de conteúdo audiovisual. Durante a Atividade de Participação realizada no território, foi mencionado que essa produção cultural poderia ser vista como uma possibilidade de geração de trabalho e renda direta ou indiretamente.

- *Escolas de surf*

No território do Serviluz o Titanzinho tem destaque nacional na cena do surfe. Durante a Atividade de Participação realizada no território, foi mencionado que seria bom a existência de iniciativas que buscassem a profissionalização de quem surfa independentemente das diversas escolas de surf da região.

- *Feira livre*

A Feira Livre no Serviluz acontece às quintas-feiras. Nela é possível comprar frutas, legumes, verduras, roupas, utensílios domésticos, roupas e claro, peixe fresco. Em conversa com membro do Conselho Gestor da ZEIS Serviluz, ele informou que já pensou em realizar feiras itinerantes por todo o território pois, para ele, seria interessante que outros moradores se envolvessem nesse tipo de atividade.

- *Habilidades com serviços diversos*

Em visita de campo ao território, constatou-se que alguns moradores faziam trabalhos manuais diversos em seus lares, relacionados com a construção e a manutenção de suas casas, bem como de móveis e o reparo de aparelhos eletrônicos. Em conversa com um dos membros do Conselho Gestor da ZEIS Serviluz, ele apontou que é comum e quase uma necessidade que os moradores do Serviluz saibam fazer esses diversos serviços, para, assim, não ficar sem trabalho e/ou economizar com serviços a serem realizados em seus domicílios.

4.1.2. INICIATIVAS DE ESTÍMULO SOCIOECONÔMICO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Aqui será apresentado um breve panorama das **iniciativas do Poder Público Municipal** no âmbito da geração do trabalho e renda, bem como do desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, focou-se na análise dos projetos elaborados e desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) que, de acordo com o Entrevistado A⁴, é responsável pela implementação de ações estratégicas que visam o desenvolvimento econômico além do gerenciamento de processos que incentivam a implementação de novos negócios.

Das ações divulgadas na plataforma digital da secretaria, foram listadas as que podem impactar a população que habita a ZEIS. São elas: 1) o Programa de Empreendedorismo Sustentável (PES); 2) o Programa Feiras de Pequenos Negócios; 3) Projeto Visão nas Mãos; 4) o Programa CREDJOVEM; 5) o Programa Artesanato Empreendedor; 6) Programa de Compras Governamentais; 7) Projeto Mulher Empreendedora; 8) o Projeto Meu Carrinho empreendedor e o 9) Projeto Meu Bairro Empreendedor. A seguir, descreve-se resumidamente cada uma delas.

O **Programa de Empreendedorismo Sustentável** tem o objetivo de promover apoio aos micro e pequenos empreendedores por meio da a) formalização de negócios; b) capacitação em gestão de negócios; c) orientação para microcrédito; d) consultoria técnica empresarial; e) acesso a novas ferramentas gerenciais; f) apoio na comercialização de produtos. Para participar do programa, os empreendedores necessitam buscar as Salas do Empreendedor que ficam situadas nas 7 Secretarias Regionais de Fortaleza ou nas Unidades Móveis do Programa.

Por meio do **Programa de Feiras de Pequenos Negócios** são disponibilizados espaços para a comercialização de produtos produzidos por pequenos empreendedores de Fortaleza, de maneira a apoiar os produtores individuais e coletivos locais. O cadastramento desse programa também é feito na Sala do Empreendedor e o local de realização das feiras é realizada pela Prefeitura. As feiras contribuem para a geração de renda a partir da comercialização, em diferentes bairros.

O **Projeto Visão nas Mãos**, por sua vez, oferece oportunidade de trabalho e renda para pessoas com deficiência visual, estimulando o desenvolvimento inclusivo. A inserção de cegos no mercado de trabalho se dá por meio de capacitações, da disponibilização de espaços públicos e materiais para a execução de atividades de massoterapia.

O Programa **CREDJOVEM** apoia jovens de 18 a 29 anos que estão em situação de vulnerabilidade social por meio de capacitação e consultoria para ampliação e abertura de novos negócios. O programa funciona por meio de

⁴ Ver Apêndice 02.

financiamento fruto das parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Já por meio do **Programa Artesanato Empreendedor** são ofertadas capacitações técnicas com o objetivo de melhorar a qualidade da produção e da gestão dos negócios artesanais.

O **Programa de Compras Governamentais** conta com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para garantir o acesso de pequenos empreendedores aos instrumentos de compras públicas. O programa privilegia esses empreendedores nas licitações municipais de até R\$ 80mil. Pode-se dizer que essa ação tem abrangência em toda a cidade de Fortaleza.

O Projeto **Mulher Empreendedora** consiste em capacitações e consultoria para o negócio, além de um financiamento de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). A seleção das empreendedoras que participam do projeto é feita por meio de edital, disponibilizado nas plataformas digitais da Prefeitura Municipal.

O Projeto **Meu Carrinho empreendedor** tem como foco os trabalhadores que fazem pipocas em carrinho ambulantes e funciona por meio da substituição do carrinho antigo por um novo. Além disso, oferece suporte técnico para a formalização do negócio e oferece capacitações em gestão de negócios e desenvolvimento do perfil empreendedor. O projeto tem abrangência municipal.

O Projeto **Meu Bairro Empreendedor**, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, possui a intenção de promover o estímulo à organização da pequena produção, na forma de expansão das empresas existentes ou mesmo criação de novas pequenas empresas em Fortaleza. O projeto se dá pela desburocratização e pela realização de capacitações, consultorias, bem como o acesso a microcrédito.

Já implementado no Bairro Bom Jardim, a Prefeitura Municipal possui a intenção de também implementá-lo no Grande Mucuripe. O projeto envolve:

- a) capacitações e consultorias técnicas;
- b) assessoria para formação de associações;
- c) materiais para pequenos negócios;
- d) financiamento subsidiado;
- e) espaço de incubação de empresas (com acesso à computadores e ambiente compartilhado de trabalho - *coworking*);
- f) espaço para feiras de pequenos negócios;
- g) serviços de desburocratização de negócios;
- h) serviços do SINE Municipal;
- i) suporte aos empreendedores locais;
- j) participação nas compras governamentais;
- k) desenvolvimento de projetos de agricultura urbana;
- l) transporte público ligando a rua do comércio às demais áreas do bairro.

O projeto prevê também intervenções físicas: o Centro de Referência do Empreendedor (CRE) e a Rua do Comércio. O Centro de Referência do

Empreendedor, segundo a SDE, abrigaria os serviços de assistência e suporte. Já a Rua do comércio, se configura como um corredor comercial com diversos mobiliários urbanos, pavimentação adequada e acessibilidade universal.

A equipe técnica da UNIFOR esteve presente a uma apresentação realizada pela SDE - no dia 17 de junho de 2019, no território da ZEIS Serviluz - onde foram explanadas as propostas contidas no Projeto Meu Bairro Empreendedor para o Grande Mucuripe. Os limites exatos de tal região não foram especificados, mas um dos objetivos da reunião era receber possíveis indicações de locais possíveis para a implantação do CRE. Na ocasião foi informado que o projeto executivo para a Rua do Comércio já estava em fase de finalização. De acordo com os representantes da secretaria responsável presentes na reunião, essa intervenção não ocasiona remoções e está prevista para acontecer na Av. Zezé Diogo.

No geral, o público participante da reunião era composto por membros do Conselho Gestor da ZEIS Serviluz, alguns moradores da região, servidores públicos e corpo técnico da Prefeitura de Fortaleza. Todos os moradores presentes consideraram a iniciativa louvável e necessária, porém, alguns deles questionaram a forma de participação popular na implementação do projeto. Eles consideram que era necessário ampla divulgação e debate com a população da região como um todo, para então serem tomadas as decisões cabíveis.

Entende-se, por fim, ser de suma importância o alinhamento entre os projetos e ações até aqui elencados e as proposições presentes no Plano de Geração de Trabalho e Renda do PIRF, visto a grande relevância que ambos devem ter no âmbito do desenvolvimento econômico local da ZEIS Serviluz. Vale ressaltar que, além dos órgãos da prefeitura apontados anteriormente, a Unidade Integrada de Segurança⁵ do Serviluz, popularmente conhecida como Delegacia do Serviluz, foi citada como relevante ao presente plano pelos moradores durante a Atividade de Participação realizada no território⁶, pois, segundo os presentes na ocasião, o órgão já realizou cursos profissionalizantes para jovens através do Projeto na Paz.

⁵ Projeto previsto dentro das diversas ações do Pacto pelo Ceará Pacífico, do Governo do Estado do Ceará.

⁶ Ver Apêndice 03.

4.1.3. INICIATIVAS DE ESTÍMULO SOCIOECONÔMICO DA SOCIEDADE CIVIL

Aqui serão elencados atores da sociedade civil que realizam trabalho na região da ZEIS no âmbito do desenvolvimento socioeconômico. De forma geral, esses atores se configuram como organizações ou associações de pessoas não moradoras da ZEIS.

BRISAMAR - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Serviluz

A experiência de organização territorial local tem como experiência de referência a Associação Brisamar. Entidade civil criada em 2011 por catadores de materiais recicláveis do Serviluz, tendo à frente o senhor Fernando Roberto Da Silva. Em 2012, ainda em formação, colaboraram com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza⁷. Na ocasião, o documento informa que a associação contava com 34 associados que coletavam 1.249Kg/dia, sendo 36,73 Kg/pessoa. Sua atuação pública chegou a gerar notícia em jornais⁸ da cidade por manifestações no Bairro de Fátima, que tiveram como pontos principais da pauta o risco de redução de materiais com a implantação de ecopontos em 2016 e a reivindicação por inclusão dos catadores na política de resíduos da cidade, bem como a qualificação das associações. Em 2019 estiveram presente, junto com a Rede Estadual de Catadores (da qual fazem parte⁹), e demais entidades integrantes da rede, no ato de assinatura do Termo de Compromisso entre Associações de Catadores e Instituições da Administração Pública do Estado, no âmbito do Programa Coleta Seletiva Solidária¹⁰. Contudo, sua página em redes sociais encontra-se sem atualização desde 2016 e seu CNPJ inapto¹¹ desde o final de 2018 por inatividade.

J Macêdo

A J Macedo é uma empresa brasileira do ramo alimentício presente em todo o país, inclusive na cidade de Fortaleza. No âmbito da responsabilidade social, a empresa desenvolve alguns programas socioeconômicos e socioculturais. Um deles é o "Programa Jota Legal", desenvolvido em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Rede Cidadã. Com foco em jovens de baixa renda entre 18 e

7

<http://www.progere.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/Plano-Municipal-de-Gest%C3%A3o-Integrada-de-Res%C3%ADduos-S%C3%B3lidos-de-Fortaleza.pdf>

8

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/catadores-protestam-e-fecham-avenida-na-capital.html>

⁹ Ver <http://www.progere.ufc.br/associacoes-de-catadores-de-fortaleza/>

10

<https://www.sema.ce.gov.br/2019/07/11/associacoes-de-catadores-firmaram-parceria-para-coleta-seletiva-nos-orgaos-publicos-estaduais/>

¹¹ Ver <http://www.foneempresas.com/telefone/cnpj/associacao-brisamar/15595829000151>

24 anos, a iniciativa objetiva dar suporte para a **conquista do primeiro emprego** a partir da complementação do conhecimento técnico, aprimoramento dos relacionamentos interpessoais e preparação para a primeira entrevista de emprego, por meio de atividades de cunho prático. De acordo com a Entrevistada B¹², o programa já beneficiou jovens moradores da ZEIS através do apoio do CRAS Serviluz, responsável pela divulgação das atividades.

M Dias Branco - Escola de Gastronomia

A Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco (EGSIDB), fundada em junho de 2018, é fruto de uma parceria entre o setor público e o Grupo M. Dias Branco, que realizou tanto a construção da edificação em terreno concedido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, como a compra dos equipamentos para o devido funcionamento da escola. Todo esse material foi cedido ao Governo do Estado do Ceará que, com recursos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará e gerência do Instituto Dragão do Mar, oferece **cursos profissionalizantes** em diversos nichos da gastronomia com certificação de nível básico e técnico. O principal público que a Escola atende é o de jovens que são vulneráveis socialmente que têm ou não experiência no ramo.

Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste - Lubnor (Petrobras)

A Lubnor é uma refinaria da Petrobras que está instalada no bairro Cais do Porto, Fortaleza - Ceará. A empresa foi citada durante a atividade de participação realizada na ZEIS Serviluz, pois a mesma apoia ações de cunho social na região. Através do seu programa de relacionamento com as comunidades localizadas nas proximidades de suas instalações, a Petrobras promove palestras, reuniões, comitês e investe em programas e projetos sociais.¹³ Nessa perspectiva, um projeto elaborado pela associação União de Jovens do Vicente Pinzon (UJVP) foi contemplado na seleção pública de 2018 na linha de atuação "Educação para a qualificação profissional". O projeto chamado "Escola de Costura e Design Gráfico do Vicente Pizon" cujo objetivo era possibilitar a capacitação de pessoas que não possuíam formação profissional. Além de **qualificação na área de confecção e moda**, o projeto abrange também ações de cidadania que possibilitam a inserção no mundo do trabalho e da cultura. Vale ressaltar que outros projetos já foram agraciados com o apoio da Petrobras também no âmbito da geração de renda e oportunidade de trabalho.

¹² Ver Apêndice 02.

¹³ De acordo com o site da empresa, para além do estímulo ao desenvolvimento da economia local, há também o esforço de manter diálogo permanente com as comunidades localizadas no entorno da área de instalação da empresa. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/relacionamento-com-as-comunidades/>>. Acesso em 26 de junho de 2019.

5. MARCOS LEGAIS

Com o objetivo de compreender os meios possíveis à aplicação das ações e dos projetos previstos pelo presente plano para o território da ZEIS Serviluz, realizou-se uma pesquisa acerca do conteúdo relativo aos temas da economia solidária e do desenvolvimento do trabalho e renda presente nas leis orçamentárias. Definiu-se como prioridade a análise das previsões orçamentárias presentes nos Planos Plurianuais (PPA) e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, tendo em vista a facilidade da obtenção de recursos por meio dessas instâncias em relação ao orçamento advindo do Poder Público Federal. A análise das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tanto do Estado quanto do Município não foi realizada tendo em vista o seu papel como uma lei intermediária entre o PPA e a LOA.¹⁴

Na esfera estadual, o Plano Plurianual do Ceará (2016-2019) conta com iniciativas destinadas ao **desenvolvimento do trabalho, do empreendedorismo e da economia solidária**. Dentre os temas estratégicos abarcados pelo PPA, destaca-se o de Empreendedorismo, que, por sua vez, conta com o **Programa de Empreendedorismo e Economia Solidária** e busca contribuir para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora por meio da inserção de pequenos negócios capazes de competir no mercado. Determina-se como órgão público responsável pela gestão do Programa e de seus recursos a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Há, por parte do PPA, a previsão da quantidade de beneficiados (sejam estes empreendedores, empresas ou empreendimentos) por meio das iniciativas que compõem o Programa de Empreendedorismo e Economia Solidária, conforme o Quadro 01 a seguir:

Iniciativa	Quantidade de beneficiados (2019)	Quantidade de beneficiados (2018)	Total
Ampliação da capacidade empreendedora para geração de renda	13.598	13.465	27.063
Apoio à formalização de empresas	6.520	6.120	12.640
Apoio a implementação de empreendimentos econômicos e solidários	7.000	7.000	14.000

¹⁴ Para maiores esclarecimentos, consultar tópico “Mapeamento de Ativos - Atores Públicos” do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

Manutenção da oferta de serviços de atendimento ao empreendedor	6	6	6
---	---	---	---

Quadro 01: Previsão da quantidade de beneficiários do Programa de Empreendedorismo e Economia Solidária.

Fonte: Ceará, 2015; Ceará, 2018

Destacam-se, ainda, três outros Programas presentes no PPA estadual que relacionam-se com a pauta trabalhada pelo presente plano, sendo estes:

- Programa de Desenvolvimento do Artesanato;
- Programa de Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador;
- Programa de Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil.

Já a Lei Orçamentária Anual do Ceará (2019) prevê a destinação de investimentos ao Programa de Empreendedorismo e Economia Solidária. Duas iniciativas compõem esse programa: o apoio e a implementação de empreendimentos econômicos e solidários; e a manutenção da oferta de serviços de atendimento ao empreendedor.

A primeira iniciativa (empreendedorismo) conta com as seguintes ações:

- a) apoio a empreendedores para acesso ao crédito;
- b) fortalecimento da economia solidária com ações integradas a grupos solidários;
- c) capacitação e formalização a empreendedores para acesso ao crédito;
- d) apoio à integração de políticas públicas de inclusão produtiva;
- e) capacitação e formação em economia solidária;
- f) ampliação do acesso ao crédito para economia solidária; e
- g) apoio para comercialização de empreendedores da economia solidária.

Já a segunda iniciativa (economia solidária), por sua vez, conta com a ação de manutenção da unidade móvel de empreendedorismo e das unidades da central fácil. O montante financeiro destinado ao referido Programa pela LOA 2019 totaliza R\$ 746.308,22, valor este inferior aos R\$ 910.000,00 previstos pelo PPA para o ano de 2019. Iniciativas como a ampliação da capacidade empreendedora para geração de renda e o apoio à formalização de empresas, previstas pelo PPA 2016-2019, não constam na LOA 2019.

A nível municipal, o Plano Plurianual de Fortaleza (2018-2021) conta com um de seus eixos voltado ao Desenvolvimento Econômico e à Inclusão Produtiva, pretendendo ter como resultado estratégico uma Fortaleza produtiva e inovadora por meio do desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado. Dentre as principais ações previstas por este eixo, destacam-se:

- a) a capacitação de cidadãos para o mercado de trabalho;
- b) a requalificação dos corredores turísticos e gastronômicos;
- c) os investimentos em áreas de potencial econômico, em especial o setor turístico;
- d) o incentivo à inovação; e, por fim,
- e) o apoio ao micro e pequeno empreendedor.

A responsabilidade de promover estas atividades encontra-se destinada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) e à Secretaria Municipal do Turismo (SETFOR).

Dentro desse eixo o PPA municipal para o exercício de 2018-2021 prevê alguns programas voltados à área do desenvolvimento econômico, como é o caso do Programa de Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios, já implementado anteriormente e mencionado no tópico 4.1.2. Iniciativas de Estímulo Socioeconômico do Poder Público Municipal. A gestão do Programa ocorre por meio da SDE, tendo como fonte de financiamento o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDS) e o Fundo Municipal do Jovem Empreendedor (FMJE). O Programa busca fomentar o desenvolvimento dos pequenos negócios de Fortaleza por meio da continuidade de ações voltadas à disseminação de uma cultura empreendedora em Fortaleza, visando uma maior organização, competitividade e sustentabilidade econômica. Estão previstas ações de apoio a micro e pequenas empresas, bem como a empreendedores individuais ligados a ramos da economia criativa, da economia solidária, da economia do mar, da confecção e do artesanato. Segundo o Plano Plurianual, o investimento no Programa de Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios em 2018 foi de R\$ 2.679,000, sendo o investimento previsto para 2019 a 2021 de R\$ 7.730,429, totalizando R\$ 10.409,429.

Por fim, a Lei Orçamentária Anual do Município de Fortaleza (2019) apresenta a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento econômico. A lei, entretanto, não menciona a economia solidária em seu texto, restringindo-se apenas às áreas da economia criativa e da economia do mar. Ainda assim, há a previsão de investimentos no Programa de Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda, a ser gerido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE).

O Programa inclui as seguintes ações: a) implantação de equipamento de desenvolvimento para o trabalho, emprego e renda; b) implementação e manutenção da rede municipal de qualificação; c) promoção e fortalecimento a qualificação profissional; d) inserção e articulação para o mercado de trabalho; e, por fim, e) manutenção de equipamento de apoio ao desenvolvimento econômico. O valor destinado a estas ações chega a um total de R\$ 482.980,00. O quadro abaixo realiza a comparação entre os recursos destinados a estas ações no ano de 2018 e os recursos previstos para 2019.

PRODUTO	VALOR EM R\$ (2019)	VALOR EM R\$ (2018)
Implantação de equipamento de desenvolvimento para o trabalho, emprego e renda	35.000,00	21.000,00
Implementação e manutenção da rede municipal de qualificação	20.000,00	21.000,00
Promoção e fortalecimento a qualificação profissional	130.000,00	721.000,00
Inserção e articulação para o mercado de trabalho	275.980,00	2.539.000,00
Manutenção de equipamento de apoio ao desenvolvimento econômico	22.000,00	9.996,00
Construção, ampliação e reforma de prédios públicos	X	293.000,00

Quadro 02: Previsão do orçamento municipal destinado ao Programa de Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda.

Fonte: Fortaleza, 2017; Fortaleza, 2018

Em suma, temos então à disposição da Prefeitura para viabilização das ações e subações propostas por esse plano os programas estaduais elencados abaixo:

- Programa de Empreendedorismo e Economia Solidária;
- Programa de Desenvolvimento do Artesanato;
- Programa de Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador;
- Programa de Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil.

Tais programas, para serem acessados, requerem uma articulação entre órgãos municipais e estaduais com vistas a conseguir captar tais recursos disponíveis para serem aplicados na ZEIS Serviluz.

A nível municipal, a equipe gestora desse PIRF também tem à disposição um recursos voltados ao desenvolvimento econômico e à inclusão produtiva, bem como ações específicas previstas na LOA para o desenvolvimento econômico local através do Programa de Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios e do Programa de Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda.

6. PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES

Enquanto parte importante do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), o Plano de Geração de Trabalho e Renda segue os princípios e objetivos do referido plano maior, estipulados a partir da análise de problemas e potencialidades identificados e estabelecidos pelo Produto da Etapa 2 – Diagnóstico. Para se obter maior compreensão dos princípios, diretrizes e objetivos do PIRF da ZEIS Serviluz, discorre-se, a seguir, sobre os conceitos aqui presentes.

Seguindo a prerrogativa de se estar aqui elaborando um Plano/política pública de caráter normativo, tem-se por base a noção de **Princípios** segundo o Direito e nesse sentido concorda-se com Reale (1986), quando o mesmo afirma que: "Princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos". E que os princípios de uma lei/política pública refletem a ideologia, os postulados e finalidades do principal marco legal de um território, a sua Constituição (BARROSO, 1999). Princípios representam pressupostos universais que definem regras essenciais e são a base para a formação dos valores; sendo estes as regras individuais que orientam as relações, as decisões e as ações dos cidadãos e cidadãs.

Tendo definido os Princípios e os tendo como orientação ética e moral, o IRF define seus **Objetivos**, aqui entendidos como os "resultados" que se quer alcançar para a resolução dos problemas diagnosticados. Os objetivos são fruto de uma priorização dos problemas a partir de uma análise criteriosa dos impactos destes no território (da ZEIS). Vale salientar como fundamental, uma confirmação eficiente destes problemas, pois são muitos os casos de processos considerados problemas que na verdade são potencialidades, ou mesmo solução de outros problemas.

A partir do momento que se define "o que queremos alcançar" , temos que pensar as **Diretrizes**, os caminhos, as estratégias e as **Ações** mais eficientes na utilização dos recursos existentes, e eficazes no alcance dos Objetivos propostos. Importante salientar que, apesar das limitações existentes e das condições limitadas de trabalho para a participação social (segundo visão dos moradores) no processo de elaboração do PIRF da ZEIS Serviluz, o presente trabalho é resultado da pesquisa e das orientações dadas pela representação do respectivo conselho da ZEIS. Aliada a isso, a proposição de princípios, objetivos e diretrizes aqui colocada,, à semelhança das demais ZEIS presentes no município, deve se basear impreterivelmente:

- na Constituição Federal em seu Direitos Fundamentais e em seu Capítulo da Política Urbana (artigos 182 e 183);
- no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/2001);
- no Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012);
- na Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal nº 6.766/1979);

- no PDP - Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar Municipal nº 062/2009);
e em diversas outras leis e políticas setoriais que se coadunam com o ideário do Direito à Moradia (digna) enquanto fundamental ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, são **PRINCÍPIOS do PIRF** da ZEIS Serviluz:

- I. Cumprimento da função social da propriedade e da cidade;
- II. O uso da propriedade urbana em prol da qualidade de vida dos moradores, bem como do equilíbrio ambiental;
- III. Garantia da propriedade ou da posse da moradia;
- IV. A efetividade da gestão democrática e da participação comunitária;
- V. A equidade e o respeito às diferenças;
- VI. Respeito à tipicidade e a características das áreas quando das intervenções.

Enquanto **OBJETIVOS do PIRF** da ZEIS Serviluz:

1. Promover a diminuição e/ou mitigação dos impactos negativos e da degradação ambiental ocasionado pelo uso e ocupação urbana e propiciar relação sustentável dos moradores da ZEIS para com o meio ambiente e o ambiente costeiro em que se encontram;
2. Colaborar com a recuperação e proteção de áreas ambientalmente vulneráveis, em especial às dunas e seu ecossistema;
3. Contribuir para a promoção de uma Economia Popular Solidária e para o acesso ao trabalho formal e a qualificação profissional à população no território da ZEIS Serviluz;
4. Contribuir com a ampliação da oferta e a efetividade de assistência social para os moradores residentes na ZEIS Serviluz;
5. Promover condições para a garantia da segurança jurídica da posse/propriedade da moradia à população residente na ZEIS Serviluz;
6. Fazer valer, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor vigente, a função social da propriedade no território da ZEIS e no seu entorno imediato;

7. Contribuir à integração socioespacial da ZEIS com seu entorno, bem como instituir ações que permitam a segurança da permanência frente a possíveis ações contrárias do mercado imobiliário e do poder público à população residente na ZEIS;
8. Incentivar a organização, a mobilização e a atuação comunitária de forma a fortalecer a governança local;
9. Proporcionar o fortalecimento das instâncias de planejamento e gestão democrática referentes ao instrumento de regularização fundiária de interesse social;
10. Contribuir com o incentivo, manutenção e valorização das diversas formas de manifestações populares, movimentos artísticos e culturais locais, existentes e futuras;

Tendo como fundamento a noção de Desenvolvimento Econômico Local definida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – a qual busca prioritariamente **usar os recursos disponíveis no território, identificando os seus principais potenciais econômicos e aprimorando as condições sociais básicas para o seu desenvolvimento** – incluímos ao escopo dos objetivos gerais do PIRF alguns **objetivos específicos do Plano de Geração Trabalho e Renda:**

1. Contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento local embasado na noção de ecologia (na relação da comunidade com o meio ambiente) e solidariedade (nas relações entre os agentes atuantes no território local);
2. Contribuir para a expansão das liberdades humanas e poder de escolha a partir da extinção dos fatores que se apresentam como fontes de privação do acesso a bens, serviços e oportunidades produzidos pela sociedade e pela própria comunidade;
3. Implementar e fortalecer iniciativas de geração de emprego, trabalho e renda na perspectiva da economia popular solidária;

A partir do entendimento do caráter integrador e holístico dos Princípios e Objetivos do PIRF da ZEIS Serviluz, segue o Plano de Geração de Trabalho e Renda com suas Diretrizes e Ações.

6.1. DIRETRIZES E AÇÕES DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O presente Plano de Geração de Trabalho e Renda estrutura-se nas seguintes diretrizes:

1. Implementação de arranjos institucionais que viabilizem a execução deste Plano;
2. Incentivo aos processos de inclusão produtiva coerentes com o perfil socioeconômico da comunidade e com as características culturais da região;
3. Incentivo e aprimoramento da produção familiar e do associativismo comunitário de acordo com os preceitos da Economia Popular Solidária;
4. Criação de oportunidades para a (re)inserção no mercado de trabalho formal;

As diretrizes aqui presentes foram definidas na escala estratégica a que este plano se propõe, de forma a estruturar, na escala tática, os passos propostos (ações, suas respectivas subações e recomendações), buscando alcançar os objetivos para a ZEIS em questão. A implementação ao longo do tempo das ações e subações devem obedecer às orientações aqui descritas, ajustadas, no âmbito operacional pelas equipes designadas por cada agente responsável pela etapa de planejamento pré-implementação das ações, não contempladas neste plano. Tais ações são orientadas e priorizadas pelos demandantes imediatos da ação, por meio das instâncias de participação, bem como pelos agentes públicos responsáveis, observadas as condições e o contexto local no momento de sua implementação. Seguindo-se os caminhos norteadores (estratégico e tático) da presente estrutura de trabalho, as melhores oportunidades para desenvolvimento do território se identificarão nos diagnósticos específicos a serem realizados segundo as orientações macro aqui presentes.

Dessa forma, as ações de cada eixo, necessárias à condução do plano, estão definidas a seguir:

Diretriz 1. Implementação de arranjos institucionais que viabilizem a execução deste Plano;

Ações

Ação 1.1. Implementar o Plano Urbanístico do PIRF da ZEIS Serviluz, a fim de propiciar "condições habilitadoras" para a população da ZEIS, fundamentadas no provimento dos serviços urbanos públicos enquanto condicionante para a liberdade dos indivíduos;

Ação 1.2. Implementar o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do PIRF da ZEIS Serviluz, a fim de propiciar "condições habilitadoras" para a população da ZEIS, fundamentadas no provimento do incentivo ao aperfeiçoamento individual e grupal;

Ação 1.3. Promover capacitação e aperfeiçoamento de técnicos da Prefeitura Municipal de Fortaleza acerca da temática da Economia Popular Solidária;

- Realizar ação através de convênios, seminários, eventos e palestras junto a entidades referências no assunto;
- Construir conteúdo que contemple o tema da economia popular solidária bem como sua adequabilidade e compatibilização à uma zona especial de interesse social e às especificidades socioeconômicas e educacionais da população da ZEIS do Serviluz,

Ação 1.4. Incluir o Plano de Geração Trabalho e Renda da ZEIS Serviluz em rubricas orçamentárias municipais e estaduais relativas ao desenvolvimento social.

- Recomenda-se observar a existência das seguintes rubricas presentes na Lei Orçamentária Anual Municipal: Implantação de equipamento de desenvolvimento para o trabalho, emprego e renda, Implementação e manutenção da rede municipal de qualificação, Promoção e fortalecimento a qualificação profissional, Inserção e articulação para o mercado de trabalho, Manutenção de equipamento de apoio ao desenvolvimento econômico, Construção, ampliação e reforma de prédios públicos.

Diretriz 2. Incentivo aos processos de inclusão produtiva coerentes com o perfil socioeconômico da comunidade e com as características culturais da região;

Ações

Ação 2.1. Priorizar o território da ZEIS Serviluz para a implementação dos programas, projetos e ações no âmbito municipal e estadual que visem o desenvolvimento socioeconômico local;

- Recomenda-se observar a existência das seguintes iniciativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE): Programa de Empreendedorismo Sustentável, Programa de Feiras de Pequenos Negócios, Projeto Visão nas Mãos, CREDJOVEM, Programa Artesanato Empreendedor, Programa de Compras Governamentais, Mulher Empreendedora, Meu Carrinho empreendedor e Meu Bairro Empreendedor.

Ação 2.2. Adaptar e aplicar a metodologia DPOI - Diagnóstico Preliminar de Oportunidades de Investimento (ver Apêndice 04) para aprofundar o conhecimento sobre as necessidades econômicas insatisfeitas e o potencial produtivo local.

- Criar Termo de Referência (TR_06.01) para a contratação de entidade para a execução da Ação 2.2.

Diretriz 3. Incentivo e aprimoramento da produção familiar e do associativismo comunitário de acordo com os preceitos da Economia Popular Solidária;

Ações

Ação 3.1. Criação de célula específica (Centro de Referência da Economia solidária - CRES) dentro do Centro de Referência do Empreendedor (CRE) - parte do Programa Meu Bairro Empreendedor da SDE - para o estímulo, formação e gerenciamento das ações de economia popular solidária;

Subação 3.1.1 Implantar programa contínuo de capacitação e aperfeiçoamento técnico para a Economia Popular Solidária de indivíduos e empreendimentos associativos existentes no local;

- Recomenda-se que sejam abordados, no mínimo, os seguintes temas: conceitos de economia urbana, economia popular solidária e microempreendedorismo, gestão administrativa, financeira e contábil, de vendas, operacional, recursos humanos, análise de mercados, elaboração de planos de negócios e comercialização.
- Recomenda-se ainda que os programas das ações de capacitação e aperfeiçoamento sejam feitos a partir de atualização e complementação constante do diagnóstico socioeconômico da área, de forma a adequar cada ação às especificidades da população e das iniciativas privadas demandantes de mão-de-obra especializada.
- Recomenda-se, de forma complementar ao supracitado diagnóstico, a realização de pesquisa de mercado específica para identificação, antes do lançamento dos programas de formação de identificação da demanda e caracterização do público alvo, incluindo-se a disponibilidade dos moradores em participar das ações propostas.

Subação 3.1.2. Realização de ações de estímulo à comercialização local e à distribuição dos produtos oriundos dos empreendimentos associativos;

- Recomenda-se observar a existência do Programa de Compras Governamentais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Subação 3.1.3 Incentivar ações voltadas à participação dos diversos públicos em situação de vulnerabilidade social, em especial mulheres chefes de família, jovens e idosos, nas atividades políticas, produtivas e de gestão.

Subação 3.1.4. Estímulo à criação, participação e fortalecimento em redes de produção solidária.

- Recomenda-se o estímulo à participação em fóruns no âmbito nacional e estadual a exemplo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

Ação 3.2. Implementação dos programas de créditos existentes ou que venham a ser criados que beneficiem a criação e desenvolvimento de empreendimentos associativos locais no âmbito da Socioeconomia Popular Solidária.

- Recomenda-se a observância das iniciativas presentes no Plano Plurianual do Ceará destinadas ao desenvolvimento do trabalho, do empreendedorismo e da economia solidária.
- De forma a garantir a aplicabilidade dos programas de créditos à realidade local, recomenda-se que a SDE em parceria com o IPLANFOR, a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), e a HABITAFOR monitorem as condições socioeconômicas da ZEIS Serviluz por meio de diagnósticos locais específicos, apontando demandas para projetos individuais e coletivos de socioeconomia solidária;
- Recomenda-se que sejam criados, no âmbito municipal, programas de crédito específicos direcionados às ZEIS, como foco nas demandas observadas pelo PIRF (projetos individuais e coletivos de socioeconomia solidária) ou outras demandas que porventura se evidenciem nos diagnósticos locais específicos.

Diretriz 4. Criação de oportunidades para a (re)inserção no mercado de trabalho formal;

Ações

Ação 4.1. Implantar programa contínuo de capacitação, aperfeiçoamento e requalificação profissional, a serem planejados de acordo com a realidade socioeconômica e formação educacional dos beneficiários e a vocação econômica local;

- Deve-se respeitar as características culturais nos processos de formação prezando pela adequação dos conteúdos e métodos utilizados ao contexto das comunidades.
- De forma a garantir o aproveitamento da mão-de-obra local, o programa deve monitorar e cruzar continuamente (junto ao SINE/IDT, à SDE, à Regional e por meio de diagnósticos locais específicos) os dados de desemprego e oferta de emprego, bem como o grau de formação e empregabilidade do público alvo da ação, de forma a adequar as ações específicas do programa às necessidades observadas;

- Recomenda-se que sejam abordados, no mínimo, os seguintes temas: superação do analfabetismo educacional e do analfabetismo funcional, preparação para o mercado de trabalho; autonomia socioeconômica e cooperativismo; capacitação gerencial para o fomento ao empreendedorismo; gestão de empreendimentos de economia local; captação e gestão de recursos e créditos; empreendedorismo em rede e parcerias com atores locais.

Ação 4.2. Ampliação de vagas e horários ofertados para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) a fim de contribuir com a (re)inserção deste público no mercado formal;

- Ressalta-se que a única escola pública dentre as que foram mapeadas no Produto 2.2 do PIRF que têm atualmente vagas para o programa EJA é a Escola Municipal Godofredo De Castro Filho.

Ação 4.3. Propiciar parcerias público-privadas com o intuito de oferecer capacitação e aperfeiçoamento técnico para jovens e adultos,

- Recomenda-se a observância a empresas que já tenham alguma atuação, vínculo ou impacto no território identificadas pelo Produto 2.2 do PIRF e suas complementações;
- Deve-se priorizar políticas que beneficiem mulheres chefes de família.

Ação 4.4. Implantar programa de capacitação técnica específica voltado para atender as demandas de mão de obra no âmbito dos projetos urbanísticos propostos no PIRF.

- De forma a garantir o aproveitamento da mão-de-obra local para os investimentos e intervenções públicos locais, em especial aqueles previstos neste PIRF, o programa deve monitorar e cruzar continuamente junto ao SINE/IDT, à SDE, à Regional e por meio de diagnósticos locais específicos os dados de desemprego e oferta de emprego, bem como o grau de formação e empregabilidade do público alvo da ação, de forma a adequar as ações específicas do programa às necessidades de cada projeto.

6.2. PLANO DE AÇÕES PARA PLANO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Para fins deste plano de ações, entende-se como:

Prazo de caráter imediato - Toda ação iniciada em até 3 meses após conclusão do PIRF;

Curto prazo - Toda ação iniciada em até 6 meses após conclusão do PIRF;

Médio prazo - Toda ação iniciada em até 12 meses após conclusão do PIRF;

Longo prazo - Toda ação iniciada em até 18 meses conclusão do PIRF;

AÇÕES	Meios/ mecanismos/ técnicas	Peças técnicas/Produtos/Meios de comprovação	Responsável	Prazo
1.1. Implementar o Plano Urbanístico da ZEIS Serviluz	Execução do plano de ações do Plano Urbanístico, Etapa 05 do PIRF.	a) Relatório com todos os meios de comprovação elencados no plano de ações do Plano Urbanístico (Etapa 05 do PIRF); b) Registro técnico de profissionais capacitados dos projetos executivos; c) Relatório onde conste informações da contratação de empresas para execução dos projetos, orçamentos e cronograma das obras.	Órgãos competentes da Administração Municipal.	Longo prazo OBSERVAÇÃO: Aqui tem-se Longo Prazo, pois é uma ação que depende da conclusão adequada de ações anteriores com diversos prazos.
1.2. Implementar o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do PIRF da ZEIS Serviluz	Execução do plano de ações do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, Etapa 07 do PIRF.	Relatório com todos os meios de comprovação elencados no plano de ações do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social (Etapa 07 do PIRF);	Órgãos competentes da Administração Municipal.	Longo prazo OBSERVAÇÃO: Aqui tem-se Longo Prazo, pois é uma ação que depende da conclusão adequada de ações anteriores com diversos prazos.
1.3. Capacitação e aperfeiçoamento de técnicos da Prefeitura Municipal de Fortaleza acerca da temática da Economia Popular Solidária	Realizar ação através de convênios, seminários, eventos e palestras junto a entidades referências no assunto.	Atas, certificados e registros fotográficos.	SDE ou Órgão competente da Administração Municipal.	Curto prazo
1.4. Incluir o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Serviluz em rubricas orçamentárias municipais e estaduais relativas ao desenvolvimento social	Encaminhamento da demanda orçamentária da implementação do PIRF do IPLANFOR à SEFIN para posterior envio à Câmara.	Demanda orçamentária da implementação do PIRF inclusa no Orçamento Municipal.	IPLANFOR ou Órgão competente da Administração Municipal.	Ação de caráter imediato

<p>2.1. Priorizar o território da ZEIS Serviluz para a implementação dos programas, projetos e ações no âmbito municipal e estadual que visem o desenvolvimento socioeconômico</p>	<p>Priorização da ZEIS Serviluz no emprego das iniciativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE): Programa de Empreendedorismo Sustentável, Programa de Feiras de Pequenos Negócios, Projeto Visão nas Mãos, CREDJOVEM, Programa Artesanato Empreendedor, 30 Programa de Compras Governamentais, Mulher Empreendedora, Meu Carrinho empreendedor e Meu Bairro Empreendedor</p>	<p>Cronograma onde as atividades dos programas mencionados (entre outros) contemplem o território da ZEIS Serviluz.</p>	<p>SDE ou Órgão competente da Administração Municipal.</p>	<p>Curto prazo</p>	
<p>2.2. Adaptar e ampliar a metodologia DPOI - Diagnósticos Preliminar de Oportunidades de Investimento (ver Apêndice 04) para aprofundar o conhecimento sobre as necessidades econômicas insatisfeitas e o potencial produtivo local</p>	<p>Criar Termo de Referência (TR_06.01) para a contratação de entidade para a execução da Ação 2.2.</p>	<p>Termo de Referência (TR_06.01)</p>	<p>SDE ou Órgão competente da Administração Municipal.</p>	<p>Curto prazo</p>	
<p>3.1. Criação de célula específica (Centro de Referência da Economia solidária - CRES) dentro do Centro de Referência do Empreendedor (CRE) - parte do Programa Meu Bairro Empreendedor da SDE - para o estímulo, formação e gerenciamento das ações de economia popular solidária</p>	<p>Envio à Secretaria Municipal do Governo - SEGOV da ficha técnica caracterizando a Célula Específica solicitando a criação da mesma. Após aprovação pela SEGOV o pedido será encaminhado à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG para a aprovação.</p>	<p>a) Diário Oficial do Município com a publicação da criação da nova célula; b) Contratação ou remanejamento de pessoal para compor a equipe da Célula Específica;</p>	<p>SDE, SEGOV, SEPOG e/ou Órgão competente da Administração Municipal</p>	<p>Curto prazo</p>	
<p>SUBAÇÕES</p>	<p>Subação 3.1.1. Implantar programa contínuo de capacitação e aperfeiçoamento técnico para a Economia</p>	<p>Inclusão como atividade da célula específica o programa de oficinas de capacitação contínua nos temas recomendados de gestão administrativa, financeira, de vendas,</p>	<p>a) Quadro demonstrativo das atribuições da Célula Específica onde conste o programa de oficinas de capacitação contínua; b) Lista de presença dos participantes das oficinas.</p>	<p>SDE ou Órgão competente da Administração Municipal</p>	<p>Curto prazo</p>

	Popular Solidária de indivíduos e empreendimentos associativos existentes no local	operacional, análise de mercados, elaboração de planos de negócios e comercialização.			
	Subação 3.1.2. Realização de ações de estímulo à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos associativos	Inclusão como atividade da célula específica a realização de ações que estimulem a comercialização de produtos oriundos dos empreendimentos associativos.	Quadro demonstrativo das atribuições da Célula Específica onde conste o atividades e ações voltadas para a comercialização de produtos oriundos dos empreendimentos associativos.	SDE ou Órgão competente da Administração Municipal	Curto prazo
	Subação 3.1.3. Incentivar ações voltadas à participação dos diversos públicos em situação de vulnerabilidade social, em especial mulheres chefes de família, jovens e idosos, nas atividades políticas, produtivas e de gestão	Inclusão como atividade da célula específica a realização de ações voltadas à participação dos diversos públicos em situação de vulnerabilidade social, em especial mulheres chefes de família, jovens e idosos, nas atividades políticas, produtivas e de gestão	Quadro demonstrativo das atribuições da Célula Específica onde conste atividades e ações voltadas para a comercialização de produtos oriundos dos empreendimentos associativos.	SDE ou Órgão competente da Administração Municipal	Curto prazo
	Subação 3.1.4. Estímulo à criação, participação e fortalecimento em redes de produção solidária	Inclusão como atividade da célula específica, como recomendado, o estímulo à participação em fóruns no âmbito nacional e estadual a exemplo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.	Quadro demonstrativo das atribuições da Célula Específica onde conste atividades e ações voltadas para o estímulo à participação em fóruns no âmbito nacional e estadual.	SDE ou Órgão competente da Administração Municipal	Curto prazo

<p>3.2. Implementação de programas de crédito que beneficiem a criação e desenvolvimento de empreendimentos associativos no âmbito da Economia Popular Solidária</p>	<p>Captação de recursos que viabilizem a implementação de programas de crédito que beneficiem a criação e desenvolvimento de empreendimentos associativos no âmbito da Economia Popular Solidária. Recomenda-se a observância das iniciativas presentes no Plano Plurianual do Ceará destinadas ao desenvolvimento do trabalho, do empreendedorismo e da economia solidária.</p>	<p>Demanda orçamentária da implementação de programas de crédito que beneficiem a criação e desenvolvimento de empreendimentos associativos no âmbito da Economia Popular Solidária.</p>	<p>SDE ou Órgão competente da Administração Municipal</p>	<p>Médio prazo</p> <p>OBSERVAÇÃO: Aqui tem-se Médio Prazo, pois é uma ação que depende da conclusão adequada de ação anterior.</p>
<p>4.1. Implantar programa contínuo de capacitação e requalificação profissional a serem planejados de acordo com a realidade socioeconômica dos beneficiários e a vocação econômica local</p>	<p>Elaboração de um programa contínuo de capacitação e requalificação profissional respeitando as características culturais nos processos de formação prezando pela adequação dos conteúdos e métodos utilizados ao contexto das comunidades.</p>	<p>Caderno projetual do programa contínuo de capacitação contendo cronograma para implantação.</p>	<p>SDE ou Órgão competente da Administração Municipal</p>	<p>Curto prazo</p>
<p>4.2. Ampliação de vagas e horários ofertados para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) a fim de contribuir com a (re)inserção deste público no mercado formal</p>	<p>Elaboração de projeto de ampliação de vagas para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede de equipamentos sociais de ensino. Segue lista das escolas públicas que foram mapeadas no Produto 2.2 do PIRF que têm atualmente vagas para o programa EJA: Escola de Ensino Fundamental e Médio Bárbara de Alencar, Escola Municipal Professora Consuelo Amora e Escola Municipal José Ramos Torres De Melo.</p>	<p>Relatório contendo comparativo do cenário anterior e posterior de vagas e horários ofertados no programa EJA. Esta ação compõe a Ação 1.5. do Plano Urbanístico e ação 1.7. do Plano de Regularização Fundiária.</p>	<p>SME ou Órgão competente da Administração Municipal</p>	<p>Médio prazo</p> <p>OBSERVAÇÃO: Aqui tem-se Médio Prazo, pois é uma ação que depende da conclusão adequada de ação anterior.</p>

<p>4.3. Propiciar parcerias público-privadas com o intuito de oferecer capacitação e aperfeiçoamento técnico para jovens e adultos</p>	<p>- Realizar parcerias com empresas que já tenham alguma atuação, vínculo ou impacto no território identificadas pelo Produto 2.2 do PIRF e suas complementações.</p> <p>- Deve-se priorizar políticas que beneficiem mulheres chefes de família</p>	<p>Convênios assinados das parcerias</p>	<p>SEUMA ou Órgão competente da Administração Municipal</p>	<p>Curto prazo</p>
<p>4.4. Implantar programa de capacitação técnica específica voltada para atender as demandas de mão de obra no âmbito dos projetos urbanísticos propostos no PIRF</p>	<p>Realização de oficinas de capacitação para a construção civil com moradores da ZEIS Serviluz.</p>	<p>Capacitar moradores para o aproveitamento da mão de obra local nas intervenções previstas no PIRF para a ZEIS Serviluz. Equivalente à ação 1.3. do Plano Urbanístico.</p>	<p>HABITAFOR ou Órgão competente da Administração Municipal.</p>	<p>Curto prazo</p>

Quadro 03: Plano de Ações para Plano de Geração de Trabalho e Renda
Elaboração: Equipe Técnica UNIFOR.

7. REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 1999.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho (orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília, 2003.

CEARÁ. **Lei Nº 16.795, de 27 de dezembro de 2018**. Lei Orçamentária Anual de 2019. Fortaleza, 2018.

_____. **Lei Nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015**. Plano Plurianual de 2016-2019. Fortaleza, 2015.

CEEPS. Conselho Estadual da Economia Popular Solidária. **Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais - EPS**. Minas Gerais, 2015.

FORTALEZA. **Lei Nº 10.841, de 26 de dezembro de 2018**. Lei Orçamentária Anual de 2019. Fortaleza, 2018.

_____. **Lei Nº 010.645, de 23 de novembro de 2017**. Plano Plurianual do Município (2018-2021). Fortaleza, 2017.

_____. **Plano Diretor Participativo de Fortaleza**. Lei nº062, de 02 de fevereiro de 2009. Diário Oficial do Município de Fortaleza nº 14.020, de 13 de março de 2009.

KUMMER, Lydia. **Metodologia Participativa no Meio Rural**: uma visão interdisciplinar. Salvador: GTZ, 2007. 155p.

LAZARTE, Alfredo. **Las Agencias de Desarrollo Económico Local**: "promoviendo la empresarialidad en el marco del desarrollo humano sostenible. El caso de Centro América. Organização Internacional do Trabalho. 2000.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. CEBRAP, Revista Novos Estudos no 79, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUZA, Armando Lirio de. Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. **Mercado de Trabalho** - Conjuntura e Análise, nº 66, ago. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=37&Itemid=357>. Acesso em: 18 jul 2019.

8. APÊNDICE

APÊNDICE 01: ESTUDOS DE CASO: “OS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS (PACS) E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA EXPERIÊNCIA DA CÁRITAS”; “AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (ADELS) PROMOVIDAS PELA OIT NO MARCO DO PRODERE”; “AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - O CASO DO BANCO DO POVO PAULISTA (BPP)”.

Diante da necessidade de elaborar um Plano de Geração de Trabalho e Renda para um território onde boa parte da população é socioeconomicamente vulnerável, buscou-se estudar exemplos de programas, projetos e ações que tivessem em seu escopo o pleno desenvolvimento econômico e social.

OS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS (PACS) E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA EXPERIÊNCIA DA CÁRITAS

A Cáritas Brasileira diz respeito a uma entidade religiosa fundada oficialmente em 1967. Realiza trabalhos em função do desenvolvimento social comunitário, alinhados com o preceito da sustentabilidade e da solidariedade.

Dentre as ações da Cáritas no âmbito do desenvolvimento econômico no Brasil, a experiência dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) nos serve como referência de um modelo alternativo de desenvolvimento baseado no fortalecimento das liberdades, na solidariedade e na sustentabilidade. Os PACs, surgidos no início da década de 80 como um instrumento de ação da Cáritas junto aos excluídos, demonstraram um potencial de articulação de **iniciativas econômicas locais** com o **fortalecimento do associativismo** e a **construção de políticas públicas** que enxergamos como fundamento necessário ao desenvolvimento socioeconômico das Zonas Especiais de Interesse Social.

Os PACs surgem na década de 80 com o objetivo de “apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.13). Através do **acesso ao crédito popular e de capacitação gerencial**, iniciativas produtivas locais eram estimuladas e incubadas com o fim de valorizar e aprimorar a produção familiar e o associativismo comunitário.

Fazem parte, porém, de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade brasileira no início dos anos 80. A década de 1980 foi marcada por uma recessão econômica que repercutiu diretamente no mercado de trabalho, diminuindo o crescimento dos empregos formais e aumentando o número de trabalhadores autônomos e sem contrato de trabalho. O final do século XX

caracterizou-se assim, pelo aumento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população mundial. Foi nesse contexto de crise econômica e social que surgiram "alternativas" socioeconômicas ao modo de produção hegemônico.

A Economia Popular Solidária (EPS) aparece nesta conjuntura de crise e crítica ao modelo de desenvolvimento vigente. Um modelo que, fundamentado no "progresso" do conhecimento técnico-científico e no domínio da natureza, coloca o crescimento econômico e a acumulação dos bens como bases do desenvolvimento, produzindo tanto riquezas quanto gerando miséria. Sem desconsiderar o sistema econômico mundial vigente, afirmam Bertucci e Silva (2003, p. 70), a economia solidária abre possibilidades de expansão de um mercado fundado na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores. "A principal característica é a negação da lógica de funcionamento do atual sistema: a cultura de competição, exploração e ganância que sustenta uma vida sem ética".

Objetivos dos PACs

A seguir, elencamos o que identificamos, na leitura do relatório da Cáritas, como objetivos dos Projetos Alternativos Comunitários:

- Contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento;
- Contribuir para a melhoria das condições de vida da população através do acesso ao crédito popular para iniciativas produtivas e infraestrutura comunitária;
- Valorizar e aprimorar a produção familiar e o associativismo comunitário através do crédito, da capacitação, do acesso a políticas públicas e da participação;
- Fortalecimento dos setores populares através da ênfase na participação, autonomia e geração de novas relações sociais;
- Estimular o aumento da participação de mulheres e jovens;
- Contribuir no processo de organização popular através do aperfeiçoamento das organizações;
- Articular iniciativas econômicas locais com o fortalecimento do associativismo e a participação social.

Resultados Alcançados

De acordo com o relatório, existem duas perspectivas de conceber os resultados dos PACs. Uma valoriza a eficácia do projeto, os impactos econômicos e sócio-políticos (descritos como geração ou melhoria de renda, conquista de infraestrutura comunitária, de serviços básicos e de acesso a fundos públicos). A

segunda perspectiva valoriza o processo. “Nessa perspectiva, são valorizadas as pequenas conquistas econômicas, organizativas, de fortalecimento de valores, de vivências solidárias e de melhoria da autoestima dos participantes”. (BERTUCCI; SILVA. 2003, p.49). De acordo com a primeira perspectiva, se uma iniciativa produtiva não alcança seus objetivos e metas, é considerada um fracasso. Para a Cáritas, os resultados alcançados estão mais de acordo com a segunda perspectiva, valorizando os processos tanto quanto as finalidades ou objetivos.

Assim, a geração de renda não tem sido o principal resultado esperado dos PACs. O fortalecimento das relações comunitárias, o aperfeiçoamento das organizações populares e o aumento da participação de mulheres e jovens são resultados muito bem avaliados. Isto porque, concluiu-se durante os primeiros 10 anos de experiências que a organização social e política constitui um fator fundamental para a viabilização dos PACs. Os projetos com maiores chances de êxito verificam-se em áreas com maior nível de mobilização e organização dos grupos comunitários (BERTUCCI; SILVA. 2003, p.58).

AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (ADELS) PROMOVIDAS PELA OIT NO MARCO DO PRODERE

As Agências de Desenvolvimento Econômico Local (ADELs) despontam como uma estratégia para o desenvolvimento humano sustentável a nível local no âmbito do Programa de Desenvolvimento para Deslocados, Refugiados e Repatriados na América Central (PRODERE) promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A metodologia adotada pelo PRODERE surge como uma resposta às políticas macroeconômicas de desenvolvimento, que, no contexto de áreas marcadas pela pobreza e pela marginalidade social, não se mostram suficientes para a geração de um ambiente econômico sustentável. A elaboração deste estudo de caso tem como base o relato escrito por Alfredo Lazarte (2000), economista da Organização Internacional do Trabalho e assessor do PRODERE na América Central.

Partindo de um entendimento do desenvolvimento enquanto um processo histórico contínuo e integral em que a sociedade busca o aproveitamento dos recursos disponíveis como uma maneira de aprimorar as condições de vida, as ADELs almejam alcançar um ambiente de igualdade de oportunidades e de plena valorização da dignidade humana. Sendo assim, busca-se promover o equilíbrio entre a escassez de recursos econômicos com a necessidade de ampliação da base produtiva, possibilitando a geração de empregos dignos e estáveis por meio do estímulo a atividades produtivas de natureza empresarial. Nesse sentido, valorizam-se projetos econômicos que busquem empregar ao máximo os escassos recursos existentes em áreas caracterizadas pela pobreza sistêmica, como a existência de recursos naturais e de uma ampla força de trabalho ociosa. Para isso, prioriza-se o esforço de atores locais, uma vez que estes detêm o conhecimento

das características e das necessidades da área onde atuam, sendo estes essenciais à sustentabilidade do processo de implementação de programas de animação econômica e de promoção de uma cultura empresarial.

Dessa maneira, as ADELS, enquanto instâncias organizadas a nível local, promovem a autonomia dos protagonistas presentes no território quanto à tomada de decisões acerca do desenvolvimento econômico autossustentável. Tal processo é conduzido pelas condições técnicas e financeiras disponíveis a nível internacional, nacional e regional, sendo estas direcionadas às oportunidades locais de acesso ao circuito produtivo por parte da população mais excluída. Combinam-se, assim, as forças sociais, econômicas e institucionais operantes a nível local, determinando as prioridades e ações necessárias à materialização de um quadro desejável de desenvolvimento humano e econômico local.

No âmbito do PRODERE, a experiência tem sido desenvolvida em países da América Central como Honduras, Nicarágua e Costa Rica. As primeiras iniciativas nessas regiões datam do início dos anos 1990, e têm alcançado, desde então, um território de 35.000 km² e uma população de 3.200.000 de pessoas, aproximadamente. O processo tem se caracterizado pela participação popular e pela tomada de decisões de maneira descentralizada, envolvendo instâncias governamentais, associações produtivas, organismos de cooperação para o desenvolvimento, representações políticas, organizações da sociedade civil, universidades, empresas, entre outros.

Por meio da articulação dos atores existentes a nível local, regional, nacional e internacional, possibilitou-se a mobilização de recursos humanos, técnicos e materiais direcionados à racionalização e à potencialização do desenvolvimento econômico autossustentável. Sendo assim, o andamento da experiência das ADELS tem se mostrado vantajoso em razão de suas qualidades, como as suas características descentralizadoras, participativas, racionalizadoras, mobilizadoras, articuladoras e sustentáveis, conforme apresentadas pelo Quadro 01.

CARACTERÍSTICAS DAS ADEL	DEFINIÇÃO
Caráter descentralizador	Fortalecimento das capacidades locais para a gestão do desenvolvimento local, gerando condições capazes de dialogar com iniciativas regionais, nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento econômico sustentável.
Caráter participativo	Envolvimento dos atores locais, sejam públicos ou privados, na definição das prioridades, execução de ações e supervisão do processo.
Caráter racionalizador	Aproveitamento dos recursos e das capacidades existentes por meio de prioridades e ações coordenadas, ampliando eficiência através da

	complementaridade de ações e do desenvolvimento de serviços básicos.
Caráter reconciliador	Aprimoramento da discussão acerca do trabalho na transformação da tensão social em sinergias positivas, respeitando a diversidade e gerando um espaço democrático que colabora com a reconstrução do tecido social.
Caráter mobilizador	Fortalecimento técnico atraente ao investimento de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento.
Caráter articulador	Aprimoramento das relações entre entes públicos e privados, assumindo uma corresponsabilidade no processo do desenvolvimento local. Permite ao nível local uma intercomunicação com os níveis nacionais e regionais, permitindo compatibilizar interesses, prioridades e orientação estratégica.
Caráter sustentável	Aproveitamento das capacidades e dos recursos existentes, valorizando as características locais na busca de um equilíbrio e uma harmonia entre desenvolvimento e meio ambiente.

Quadro 01: As diferentes características de uma ADEL.

Fonte: Lazarte (2000).

A experiência do PRODERE com as ADELs na América Central pode ser replicada nas demais partes do globo. Para isso, é necessário definir uma área de impacto, que deve levar em consideração as divisões político-administrativas de cada país, suas características físico-geográficas e socioculturais. Sendo assim, as ADELs podem abarcar desde pequenas porções do território até regiões inteiras de um país. O caráter institucional de uma ADEL é variável de acordo com as características legais locais, podendo uma ADEL estabelecer-se no território como uma associação, uma fundação ou uma sociedade.

A consolidação de uma ADEL exige um capital mínimo necessário às atividades operacionais iniciais, que envolvem o desenvolvimento de um diagnóstico socioeconômico local e a capacitação profissional da equipe técnica selecionada. Passado o momento de estabelecimento da agência, esta deve buscar meios de financiamento à continuidade de suas atividades e ao investimento econômico local, podendo recorrer, assim, a fundos institucionais e programas de crédito disponíveis nas instâncias nacional e internacional.

Dessa maneira, a operação de uma ADEL organiza-se em três grandes áreas de atividade: a atividade básica ou círculo interior, os serviços para a atividade básica ou círculo médio e a atividade evolutiva ou círculo externo. Cada área envolve uma série de ações para a obtenção de resultados, conforme o Quadro 02.

ÁREAS DE ATIVIDADE	AÇÕES	
Atividade básica	Animação econômica	Diagnóstico de oportunidades.
		Estudo das potencialidades e oportunidades locais de desenvolvimento produtivo.
		Orientação à atividade produtiva.
		Criação de um banco de projetos produtivos.
		Promoção de um clima favorável à criação de empresas e à promoção da cultura empresarial.
	Promoção do empreendedorismo	Formulação de projetos de empresas de impacto.
		Oferta de capacitação e assessoria empresarial e técnica à comunidade local.
		Apoio financeiro por meio da promoção do crédito.
Assistência técnica para criação e manejo de empresas sociais.		
Serviços para a atividade básica	Apoio ao desenvolvimento produtivo	Identificação das fontes de financiamento aos projetos produtivos locais.
		Promoção de serviços e atividades de apoio à comercialização.
		Promoção de intercâmbios e do desenvolvimento tecnológico.
		Apoio à constituição e ao fortalecimento das organizações empresariais locais.
	Dinamização do mercado de trabalho	Criação de instrumentos para promover o encontro entre a demanda e a oferta de emprego a nível local.
		Formação de recursos humanos qualificados para o mercado de trabalho.
Atividade evolutiva	Entorno político	Apoiar processos de planejamento econômico locais.
		Promover investimento público nos setores econômicos.
		Apoiar iniciativas que melhorem os marcos legais da promoção do desenvolvimento econômico a nível local.
	Entorno institucional	Promover programas institucionais de apoio à atividade econômica.

Quadro 02: As três grandes atividades das ADELs e suas respectivas ações.

Fonte: Lazarte (2000).

AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - O CASO DO BANCO DO POVO PAULISTA (BPP)

Uma vez que as condições de infraestrutura e governança estejam garantidas em um território, afirma Juan Manuel Saeta (2016) em seu estudo sobre o desenvolvimento local, abre-se caminho para a implantação das agências de desenvolvimento local (ADLs).

De acordo com SAETA, "a capacidade da agência de desenvolvimento em oferecer respostas às necessidades locais é inegável", no entanto, como destaca o relatório da Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE), elas precisam estar inseridas em um ambiente denominado "sistema de desenvolvimento local":

Tal "sistema" garante uma rede de suporte adequada para o pleno funcionamento de seus mecanismos, isso porque a economia local é bastante dinâmica e exige sensibilidade para enfrentar as adversidades e discernir as oportunidades momentâneas inerentes a essa estrutura permeada de particularidades (SAETA, 2016, p.16).

É a capacidade de articulação das agências que a possibilita fomentar o encadeamento entre os diferentes agentes sociais, definindo o papel de cada agente, através do planejamento de estratégias e atração de potenciais investidores e novos negócios. A agência também atua como incubadora, "onde jovens potenciais empreendedores, micro e pequenos empresários mais experientes, além de outras iniciativas inovadoras da comunidade possam encontrar respaldo técnico, legal e financeiro para concretizar suas iniciativas" (SAETA, 2016, p.17). No entanto, alerta Saeta, se o Sistema de desenvolvimento local não estiver em pleno funcionamento, a efetividade da agência será comprometida.

O Banco Do Povo Paulista (BPP)

Em consonância com a ideia de atuação em diferentes frentes para a promoção do desenvolvimento local, Saeta (2016) menciona o exemplo do **Banco Popular Paulista** (BPP), criado em 1997, pelo então governador Mário Covas. A instituição oferecia oportunidades de microcrédito, subsidiados para empreendedores formais e informais, pessoas físicas ou jurídicas com o intuito de estimular o crescimento socioeconômico, bem como a manutenção e criação de novas oportunidades de negócio.

A oportunidade do microcrédito possibilitava a geração de renda e emprego aos potenciais empreendedores nas diversas regiões do estado.

A utilização adequada desse instrumento financeiro, comenta Saeta (2016, p. 18), permite que os microempreendedores de baixa renda estimulem um efeito multiplicador positivo na economia e também nas condições sociais da área

abrangida. “No curto prazo, o foco da iniciativa é basicamente gerar renda, no entanto, no médio e longo prazo, o objetivo é dinamizar, perenizar e inserir a parcela de população informal na economia”.

APÊNDICE 02 : LISTA DOS ENTREVISTADOS

Foram feitas entrevistas presenciais, a fim de complementar as informações já colhidas no diagnóstico com intuito de preencher algumas lacunas em relação à geração de trabalho e renda no território. Optou-se por preservar o nome dos entrevistados, sendo atribuída a identificação por meio de letras (Ex.: Entrevistado A). A ordem listada a seguir corresponde à ordem na qual as entrevistas foram realizadas.

Entrevistado A - entrevista presencial, semi-estruturada, feita com servidor público da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em 28/05/2019.

Entrevistada B - entrevista presencial, semi-estruturada, feita com Coordenadora do Centro de Referência de Assistente Social localizado na ZEIS Serviluz, em 13/06/2019.

APÊNDICE 03: QUADRO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA RECOMENDADOS

Apresenta-se a seguir a listagem dos Termos de Referência mencionados nas Ações do presente Plano.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)	OBJETO DO TR	AÇÃO CORRESPONDENTE
TR06.01	Referente à contratação de entidades para a execução da Ação 2.2.	Ação 2.2. Adaptar e aplicar a metodologia DPOI - Diagnóstico Preliminar de Oportunidades de Investimento para aprofundar o conhecimento sobre as necessidades econômicas insatisfeitas e o potencial produtivo local.

Quadro 01: Listagem dos Termos de Referência mencionados nas Ações do presente Plano.

Fonte: Equipe Técnica UNIFOR, 2019.

APÊNDICE 04: FICHAMENTO DA METODOLOGIA DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO (DPOI)

Quiñones, Rolando; Gomez, Carlo; Fernandez Florentino. **Metodologia para a execução de um diagnóstico preliminar de oportunidades de investimento**. Trabalho desenvolvido pela Unidade Técnica Regional de Apoio às ADEL (Agências de Desenvolvimento Econômico Local). OIT, PNUD. 1994.

O presente manual contém a metodologia para realizar o **Diagnóstico Preliminar de Oportunidades de Investimento** – DPOI. Tal diagnóstico busca identificar o potencial produtivo e as necessidades econômicas insatisfeitas das comunidades onde for aplicado, com o propósito de estabelecer os projetos empresariais que ofereçam as melhores oportunidades para investir.

Este manual é resultado de uma colaboração entre três programas da OIT, a saber: A Coordenação Regional OIT – PRODERE; O Projeto Centro-americano de Apoio a Programas de Microempresas PROMICO e, o Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe PREALC. Neste sentido, a obra faz parte do esforço institucional por levar adiante metodologias no campo da Animação Econômica que venham a dinamizar o trabalho que realizam as Agências de Desenvolvimento Econômico Local – ADEL's, promovidas pela OIT no marco do PRODERE. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 01)

A metodologia se caracteriza por ser participativa, já que possibilita a intervenção organizada de todos os setores da comunidade, para que eles mesmos sejam os que identifiquem suas necessidades, assim como as possibilidades de satisfazê-las por meio de um projeto empresarial. Assim, é também multidisciplinar, já que busca reunir profissionais de diferentes disciplinas e conformar uma equipe que analise de forma integral a temática em foco. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 01)

Foi previsto que o presente manual seja por si mesmo um instrumento auto educativo, desta forma foram incorporados uma série de diálogos para deixar mais amena sua leitura. Nos diálogos participam Miguel, que é o gerente da ADEL; Juan que é o presidente da cooperativa de tomates da localidade; Matias que é o diretor de uma ONG e Dona Conceição, uma dinâmica empresária. Os personagens se reúnem em uma cafeteria onde debatem sobre a problemática da localidade e conhecem a metodologia DPOI.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA METODOLOGIA

A metodologia caracteriza-se por ser:

A. Participativa: Já que a informação básica para a análise, tanto de sua potencialidade produtiva quanto de suas necessidades insatisfeitas é apontada pela própria comunidade. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 02)

B. Multidisciplinar: Para realizar o DPOI, é recomendável que a equipe que o execute esteja conformada por pessoas de distintas profissões, já que isto permitirá analisar a partir de diferentes pontos de vista e de forma mais integral os problemas e os projetos propostos para solucioná-los. Por esta razão deverá ser promovida a participação de instituições públicas e Organizações Não Governamentais – ONGs – que funcionem na localidade, de forma que estas possam disponibilizar um técnico que participe na investigação.

Também é recomendado motivar os profissionais que residam na comunidade e que trabalhem de forma independente ou se encontrem desempregados ou subempregados para que estes também participem do estudo. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 03)

A estrutura das Agências de Desenvolvimento Econômico Local – ADEL's, permite que a integração da equipe multidisciplinar aconteça nas assembleias gerais da dita instituição, já que destas participam instituições públicas e privadas que possuem diferentes campos de ação e eventualmente poderiam oferecer um técnico para a equipe. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 03)

C. Resultados rápidos e de baixo custo: A metodologia DPOI surgiu da necessidade de contar de forma rápida com um estudo que informe a capacidade produtiva, as necessidades econômicas insatisfeitas e os projetos empresariais com maior potencial econômico para serem impulsionados no lugar objeto de estudo. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 04)

Os resultados do DPOI se obtêm de três a quatro semanas. Ao obter-se os resultados em pouco tempo e empregar-se técnicos locais para a realização do estudo os custos da investigação se reduzem. A metodologia identifica os projetos empresariais que, no momento de aplicá-la, oferecem potencial para realizar investimentos rentáveis. Esta aparente rentabilidade dos investimentos deverá ser avaliada mediante estudos específicos. Por esta razão, os resultados do DPOI devem complementar-se. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 04).

2. CONCEITOS BÁSICOS DA METODOLOGIA

A. O que é uma Necessidade Econômica Insatisfeita?

São problemas que as pessoas vivenciam e apontam como uma carência, seja na falta de algum bem, insumo, ou serviço os quais são imprescindíveis para a realização das atividades econômicas na região.

B. Porque são tão importantes?

Através da identificação das necessidades insatisfeitas se descobrem as oportunidades de mercado existentes (clientes não satisfeitos), tanto a nível local como regional, o que pode ser aproveitado por futuras empresas e garantir, desta forma, clientes potenciais para seus produtos.

C. O que é um potencial econômico?

É o conjunto de recursos que podem ser utilizados para impulsionar as atividades produtivas.

1. Os recursos materiais podem ser:

a. Primários: Procedentes do solo e subsolo. Ex: bosques, minas, agricultura, etc.

b. Secundários: São os recursos aptos a impulsionar a indústria. Ex: Matérias primas, farinha, adubo, etc

c. Terciários: São os recursos aptos a impulsionar o setor financeiro, comércio e serviços.

2. Os recursos humanos estão constituídos pela população que deseja trabalhar e que está em processo de formação para incorporar-se às atividades produtivas no futuro.

3. OBJETIVOS DO DPOI

Geral: Analisar o potencial produtivo e as necessidades econômicas insatisfeitas (regionais e locais), com o propósito de identificar os projetos empresariais com maior potencial econômico para assim definir possibilidades de geração de emprego permanente na localidade.

Específicos: Determinar o potencial produtivo da localidade; Estabelecer e quantificar as necessidades econômicas insatisfeitas; Definir as possibilidades de satisfazer essas necessidades com recursos da própria localidade; Identificar os projetos empresariais com maior potencial econômico; Precisar as possibilidades de geração de emprego e ingressos, com base nos impulsos das atividades econômicas de natureza empresarial que satisfaçam as necessidades gerais dentro do mercado local. (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 08).

4. METODOLOGIA PARA EXECUTAR O DPOI

Estratégias para a obtenção de informações básicas sobre o potencial produtivo, as necessidades econômicas e os projetos empresariais potencialmente rentáveis. Aqui o manual destaca que, apesar de as informações básicas e necessidades se repetirem nos territórios onde a metodologia se aplica, os dados devem ser obtidos de acordo com a forma de pensar e sentir dos moradores. Não é recomendado que os profissionais que estejam atuando no território tentem insinuar, impor ou sugerir necessidades aos mesmos. A construção do diagnóstico é dividida em cinco fases. São elas:

A. Atividades de preparação

Antes de realizar o DPOI aconselha-se a execução de um conjunto de atividades:

- Vincular as atividades com os objetivos da ADEL;

A intenção é tornar o diagnóstico uma etapa das ações já executadas pela ADEL, e não uma atividade isolada. Isso também auxiliará na formação dos técnicos da ADEL, que passarão a conhecer a metodologia, contribuir e se sensibilizar com o diagnóstico e sua realização.

- Atividades de preparação Estudos de custos

É importante estabelecer os custos que representará para a ADEL a realização do diagnóstico. Aqui o manual aponta um modelo e tabela de custos a ser desenvolvido.

- Programação das atividades

Nessa etapa, são organizados os valores, datas e equipes responsáveis pelo trabalho de cada uma delas. De acordo com o modelo DPOI, cada uma das cinco etapas necessárias para a elaboração do diagnóstico tem duração de uma semana. Sendo necessário um grande planejamento para que a execução tenha sucesso dentro dos prazos estabelecidos.

- Promoção, Sensibilização e Coordenação

Os técnicos responsáveis pelos estudos devem promover o DPOI entre todos os agentes envolvidos, mostrando seus benefícios e vantagens para comunidade. É importante ressaltar que todos os envolvidos (técnicos e apoio) atuam de maneira voluntária, visto que o desejo é que todos estejam envolvidos porque entendem a importância e necessidade do diagnóstico.

Aqui o manual aponta um modelo de divisão dos trabalhos e responsabilidades de cada agente integrante da equipe do DPOI.

AGENTE	APOIO
Diretoria da ADEL	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a realização do DPOI • Autorizar os fundos para financiar o estudo • Ceder técnicos da ADEL para participar exclusivamente do estudo
Instituições Públicas a nível nacional e regional	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar estudos realizados sobre o tema • Autorizar a participação de um técnico no estudo • Conceder entrevistas • Recursos materiais
Instituições Públicas a nível local	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar estudos realizados sobre o tema • Autorizar a participação de um técnico no estudo • Conceder entrevistas • Recursos materiais
Organismos Internacionais e ONGs	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar estudos realizados sobre o tema • Autorizar a participação de um técnico no estudo • Conceder entrevistas • Recursos materiais
Organizações produtivas (cooperativas, associações de produtores)	<ul style="list-style-type: none"> • Autorizar a participação de um técnico no estudo • Conceder entrevistas • Recursos materiais
Técnicos Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • capacitar-se na metodologia DPOI • Participar ativamente da investigação
Técnicos ADEL	<ul style="list-style-type: none"> • Estar capacitados com a metodologia DPOI • Dirigir a realização do estudo

Quadro 01: Modelo de divisão dos trabalhos e responsabilidades de agentes integrantes da equipe do DPOI.

Fonte: Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 14.

- **Integração da equipe multidisciplinar**

Para a integração da equipe multidisciplinar que executará a investigação, é necessário promover a participação das instituições públicas e organismos não governamentais que funcionem no local. Estas instituições devem proporcionar um técnico que cada participante por pelo menos uma semana das investigações. A equipe de investigação deve ser formada por cinco ou seis pessoas.

B. Inter-relação Regional - Local

Essa etapa busca estabelecer uma relação econômica entre a comunidade e a cidade, por meio de uma coleta e análise de dados sobre as características da região e sua relação com o município. Essa etapa funciona em quatro etapas:

1. Fontes Externas

São as informações recolhidas fora da comunidade, através de instituições públicas ou privadas, ou pesquisadores com experiência de projetos semelhantes. Assim como fontes secundárias como censos nacionais e estudos anteriores, como o objetivo de:

- Analisar a demanda e a oferta efetiva de alguns produtos (preços e quantidades);
- Identificar empresas que vinculem a produção local à regional;
- Identificar outros tipos de necessidades econômicas insatisfeitos existentes e vinculadas ao mercado exterior (por exemplo, produtos de exportação turística);
- Identificar as principais atividades produtivas e os problemas de emprego que são confrontados.

Essas informações podem servir inclusive para que se possa identificar atividades econômicas que são sustentáveis no tempo, podendo gerar atividades empresariais permanentes.

Em seguida são apresentados dois quadros: 02 - Exploração de mercados regionais - Demanda / 03 - Exploração de mercados regionais - Ofertas). Os dados obtidos neste quadro permitirão ao investigador identificar com maior critério aquelas atividades das comunidades que melhor se relacionam com os mercados regionais. (QUIÑONES, GOMEZ, FERNANDEZ; 1994, p. 16).

Principais produtos demandados (1)	Estimativa da demanda (mensal)	Preço (maior)	Preço (menor)	Lugar de procedência	Principais produtores

(1) Sejam estes bens finais ou intermediários.

Quadro 02: Exploração de mercados regionais - demanda.

Fonte: (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 17).

Principais produtos demandados (1)	Estimativa da demanda (mensal)	Preço (maior)	Preço (menor)	Mercado de destino	Principais produtores

(1) Sejam estes bens finais ou intermediários
(2) Pode ser LOCAL, REGIONAL, NACIONAL ou EXTERNO

Quadro 03: Exploração de mercados regionais - oferta.

Fonte: (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 17).

Cabe destacar, que os dados aproximados que se obtenham por meio das entrevistas e consultas de fontes secundárias só servem de referência para analisar os mercados potenciais. Para tanto, quando se formulem e avaliem os projetos produtivos relacionados com as informações dos quadros 02 e 03, deve-se fazer as investigações de mercado de forma direta, das fontes primárias. (QUIÑONES, GOMEZ, FERNADEZ; 1994, p. 17).

2. Fontes Internas:

Nesta fase o investigador deverá identificar o potencial econômico da localidade tanto em recursos humanos como em recursos materiais. A análise considera as principais atividades produtivas existentes, os cultivos mais recomendados para a região, as formas de comercialização, o nível de escolaridade, a vocação e as experiências de trabalho anteriores. Para fazer essa medição, o manual apresenta sete critérios e indicadores para se descobrir o potencial econômico de uma atividade.

CRITÉRIO	INDICADOR
1.Segurança no fornecimento de matérias primas	Procedência da matéria prima (local, regional, etc.) Acessibilidade (Nula, pouca, muita) Nível de reservas e variabilidade no preço
2.Nível de capacitação e preparação técnica da força de trabalho	Número de pessoas preparadas para realizar a atividade nível de escolaridade anos de experiência no ofício

3. Geração de empregos e ingressos	Postos de trabalho permanentes salário médio
4. Rentabilidade	Ingressos-custos / inversão
5. Produtividade	Valor agregado / número de trabalhadores
6. Nível tecnológico	número de máquinas tipo de maquinaria (elétrica, manual, hidráulica)
7. Mercado do produto	Mercado de destino (local, regional, nacional, externo) Possibilidade real de contratos de venda esforço para vender o produto (nulo, pouco, muito)

Quadro 04: Critérios e indicadores aplicados para a identificação do potencial econômico.

Fonte: (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 18).

Em seguida, outros três quadros que facilitam a classificação dos setores produtivos existentes (agropecuário, industrial/agroindustrial e serviços)

Atividade econômica	Justificativa (1)	Quantidade aproximada do investimento	Geração de emprego	Clientes potenciais
(1) A atividade deve se justificar em função dos critérios e indicadores expostos na página 18				

Quadro 05: Atividades com potencial econômico - setor agropecuário.

Fonte: (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 19).

Atividade econômica	Justificativa (1)	Quantidade aproximada do investimento	Geração de emprego	Clientes potenciais
(1) A atividade deve se justificar em função dos critérios e indicadores expostos na página 18.				

Quadro 06: Atividades com potencial econômico - setor industrial e agroindústria.

Fonte: (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 19).

Atividade econômica	Justificativa (1)	Quantidade aproximada do investimento	Geração de emprego	Clientes potenciais

(1) A atividade deve se justificar em função dos critérios e indicadores expostos na página 18.

Quadro 07: Atividades com potencial econômico - setor serviços.

Fonte: (Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 19).

3. Planificação do trabalho de campo nas localidades:

Aqui são apontadas estratégias e recomendações para as visitas de campo e entrevistas com os moradores, como:

- Estabelecer nomes e cargos das pessoas a serem entrevistadas (funcionárias públicos ou líderes comunitários);
- Organizar um compromisso (dia e hora), sendo recomendado confirmar um dia antes;
- Estabelecer e garantir os recursos que serão necessários, como: transporte, gastos em geral (hospedagem, alimentação) e aplicação dos questionários.

4. Verificações:

Ao final desta etapa, deverá se contar com uma estimativa de preço, quantidade dos principais produtos de consumo dos centros populacionais mais importantes e lista de possíveis clientes.

C. Trabalho de campo

O objetivo principal desta fase é fazer visitas às comunidades e conhecer suas características econômicas e sociais. As visitas serviriam para se conhecer a natureza, a magnitude e as consequências das necessidades econômicas insatisfeitas. A duração da atividade é de aproximadamente uma semana e é dividida em quatro partes:

Observação estruturada

Observar em campo os fatos de interesse com relação direta na comunidade. Como estratégia, são formulados Guias de Controle, que consistem em questionários, onde as perguntas são dirigidas aos próprios investigadores antes de sair para campo, para que esses passem a observar de maneira mais crítica e direcionada ao território.

Os questionários

É uma técnica que se aplica antes das entrevistas, para que se obtenha informações sobre uma base ou estrutura já estabelecida.

O manual apresenta cinco modelos de questionários, sendo recomendado que cada pessoa seja entrevistada, por questão de tempo, apenas por um campo de trabalho.

As entrevistas

Serão realizadas com pessoas-chave (lideranças locais, empreendedores, presidentes de cooperativas), apresentando perguntas objetivas e investigativas.

Discussões de Grupo

Consiste na interação sistemática da equipe de trabalho com o propósito de conhecer, debater e extrair conclusões a respeito das informações coletadas.

Por meio dela se propõe criar um ambiente claro de intercâmbio de ideias, favorecendo a criatividade e identificação do projeto.

O manual apresenta um conjunto de perguntas direcionadas para o objetivo.

PERGUNTAS DIRECIONADAS

Quais são os principais produtos da zona? São produtos de consumo básico para o mercado interno ou externo?
Quais são as principais necessidades básicas da comunidade?
São os produtores que comercializam seus bens fora da zona, ou são intermediários?
Quais são os serviços à produção e ao consumo existentes na comunidade? Quais não estão fazendo o requerimento desta?
Que atividades são as que absorvem a maior quantidade de força de trabalho e sob que condições de ingresso? qualidade, estabilidade, etc?

É a falta de um emprego adequado o principal problema que enfrenta a População Economicamente Ativa? Qual a taxa de ocupação sazonal? Quais são os meses com os maiores problemas de emprego? Qual o valor dos salários?

Que fato ou que condições motivariam o produtor a produzir mais?

Quadro 08: Perguntas direcionadas.

Fonte: Quiñones, Gomez, Fernadez; 1994, p. 22-25.

5. PROGRAMAÇÃO DA VISITA

DIA 1 _

- a. Reconhecimento geral da área
- b. Entrega de questionários
- c. Confirmação das entrevistas com pessoas chaves da comunidade
- d. Elaboração do plano de entrevistas para toda a semana.

Deve-se procurar sempre que a entrega dos questionários seja feita com a devida antecedência às entrevistas. Desta maneira permitirá aos personagens chave refletir sobre os temas da investigação.

Ao final do dia a equipe de trabalho se reunirá para avaliar os resultados da jornada, devendo:

- a. Revisar o plano de entrevistas (indicando dia, hora e lugar)
- b. Verificar se não excluiu-se alguém importante da lista.

DIA 2 _

a. Primeiras entrevistas chave - Recomenda-se iniciar com funcionários públicos já que isto permitirá vincular a informação de fontes secundárias (censos e outros estudos) com a informação obtida diretamente na comunidade.

As entrevistas devem abordar o panorama das atividades econômicas da localidade, das necessidades insatisfeitas que possam ter, assim como dos recursos que se possui para satisfazê-las.

- b. Realizar entrevistas informais.
- c. Discutir e detectar possíveis erros. Avaliar resultados

DIA 3 _

a. Entrevistar empresários da comunidade (agricultores, comerciantes, etc) e os representantes dos trabalhadores.

b. Avaliar as entrevistas e seu impacto sobre as suposições. Deverá ter-se presente sempre que o mais importante na investigação é identificar os projetos empresariais com base nas necessidades insatisfeitas e o potencial da localidade para satisfazê-las.

- c. Cruzar e depurar a informação recebida
- d. Elaborar relatório.

DIA 4 _

- a. Continuar a entrevistar empresários da comunidade (agricultores, comerciantes, etc) e os representantes dos trabalhadores.
- b. Continuar com as entrevistas informais
- c. Confrontar as informações coletadas com as fontes secundárias
- d. Elaborar relatório.

DIA 5 _

- a. Entrevistas chave. Estas se realizarão em setores chave que não foram cobertos nos dias anteriores, por exemplo profissionais (médicos, advogados, engenheiros, etc), técnicos, sacerdotes, etc
- b. Entrevistas informais.
- c. Coletar os questionários distribuídos à população.

DIA 6 _

- a. Elaborar o informe final do trabalho de campo:
- c. Elaboração e apresentação do Informe Final da investigação

Consiste em sintetizar e interpretar as informações coletadas a nível regional e local.

A principal técnica investigativa utilizada é a discussão em grupo. Por meio da troca de ideias e cruzamento de informações, é possível identificar os projetos empresariais potencialmente rentáveis no local.

Ao final, se recomenda a organização de um seminário de apresentação e discussão das conclusões preliminares do DPOI.

1. Introdução
2. Potencial produtivo identificado
3. Necessidades Econômicas Insatisfeitas detectadas
4. Projetos empresariais identificados
5. Conclusões
6. Recomendações
7. Anexos (inclusive lista de pessoas entrevistadas)

D. Prosseguimento

Etapa final tem como objetivo assegurar a formulação dos projetos identificados do DPOI. Por esta razão, como parte do informe final, se realizará um cronograma de atividades de prosseguimento aos projetos identificados, onde se definirão datas e responsáveis.

Após a identificação em plano de seguimento com as informações dos projetos, é acordado uma declaração de compromisso onde as pessoas responsáveis se comprometam a cumprir as tarefas apontadas para o andamento do projeto. também deverá ser selecionada um pessoa para o cargo de supervisor do cumprimento do plano de referência.

1. PERGUNTAS GERAIS

Quais são os principais produtos da ZEIS? São produtos de consumo básico para o mercado interno ou externo?

Quais são as principais necessidades básicas da comunidade?

São os produtores que comercializam seus bens fora da zona, ou são intermediários?
--

Quais são os serviços à produção e ao consumo existentes na comunidade?

Que atividades são as que absorvem a maior quantidade de força de trabalho e sob que condições de ingresso? qualidade, estabilidade, etc?

É a falta de um emprego adequado o principal problema que enfrenta a População Economicamente Ativa? Qual a taxa de ocupação sazonal? Quais são os meses com os maiores problemas de emprego? Qual o valor dos salários?
--

Que fato ou que condições motivariam o produtor a produzir mais?
--

Quadro 09: Perguntas gerais.

Fonte: Quiñones, Gomez, Fernadez; 1994, p. 22-25.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES INSATISFEITAS NO CONSUMO

1. Você considera que as seguintes necessidades da comunidade se encontram insatisfeitas? casa, educação, saúde, água.
--

2. Você considera que existem dificuldades para a aquisição dos seguintes produtos da cesta básica?

leite
ovos
carnes
verduras
frutas
raízes
milho
arroz
feijão
farinha de trigo
pão
açúcar
manteiga
café
roupa
sapatos

3. Considera que a renda das pessoas da comunidade lhes permite acesso aos artigos da cesta básica?

sim__ não (porquê)

Quadro 10: Identificação das necessidades insatisfeitas no consumo.

Fonte: Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 22-25.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS DE EMPREGO NA COMUNIDADE

Se um trabalhador quer buscar um emprego fixo nesta comunidade, que problemas teria para encontrá-lo?

Em que áreas produtivas encontraria emprego?

- a. agricultura (em quais atividades)
- b. indústria (em quais atividades)
- c. Serviços (em quais atividades)

Em que áreas produtivas pertencem as pessoas que buscam trabalho?

Há uns cinco anos havia mais trabalhos que agora?

A que atribui esta mudança no número de postos de trabalho?

Nesta comunidade aumenta o trabalho em alguns meses do ano?

- a. Durante que meses?
- b. Em quais atividades?

Quadro 11: Identificação dos problemas de emprego na comunidade.

Fonte: Quiñones, Gomez, Fernandez; 1994, p. 22-25.

